

ALEJANDRO PEÑA ESCLUSA

350

**COMO SALVAR A VENEZUELA
DO CASTRO-COMUNISMO**

Tradução: Marli Nogueira

Artigo 350

O povo da Venezuela, fiel à sua tradição republicana, à sua luta pela independência, pela paz e pela liberdade, não aceitará qualquer regime, legislação ou autoridade que contrarie os valores, princípios e garantias democráticos ou que despreze os direitos humanos.

Constituição da República Bolivariana da Venezuela

Dedicatória

Dedicado aos inocentes assassinados pelo Regime nas manifestações pacíficas da dissidência, aos presos políticos, civis e militares, e aos sete milhões de venezuelanos que votaram pelo “SIM” no plebiscito de 15 de agosto de 2004.

ÍNDICE

1. Introdução

I. Por que livrar-se de Chávez?

2. Verdadeiras razões para enfrentar o Regime

3. Um presidente enfermo

4. Destruição da identidade nacional

5. O Foro de São Paulo: ameaça hemisférica

II. Obstáculos que impediram a vitória. Como superá-los

6. O medo como mecanismo de dominação

7. Tentativa para romper o controle

8. Começa a tragédia da Oposição

9. O direito universal à legítima defesa

III. Como organizar a desobediência civil?

10. Pré-requisitos da desobediência

11. Diversas frentes com um único objetivo

12. A aplicação generalizada do Artigo 350

13. Estrutura de um comitê de desobediência

IV. A Venezuela depois de Chávez

14. Estabilização política e social

15. Programa econômico de emergência

V. Conclusão

16. Reflexões finais

17. “Calunie, que algo fica”

VI. Anexos

18. “Meu objetivo é evitar a guerra civil”

19. Julgamento por traição à Pátria

20. Jimmy Carter: mediador neutro?

21. Militares! Ação já!

22. Ordene a Chávez que renuncie

23. O pós-modernismo e a paralisia da sociedade

24. O ato heróico de Alcazar de Toledo

Referências bibliográficas

1. Introdução

Tudo parecia indicar que o regime de Chávez se fortalecera após o plebiscito e as eleições regionais de 2004. A realidade, entretanto, é muito distinta, porque, como se verá na seção I deste livro, seu projeto conta com o repúdio da imensa maioria dos venezuelanos. Ademais, fora algumas iniciativas populistas, cujo verdadeiro objetivo é comprar consciências, ele não conseguiu resolver nenhum dos reais problemas que afetam o país, mas, ao contrário, os aprofundou.

O Regime se mantém no poder não porque conte com superioridade numérica ou porque tenha apoio majoritário dentro das Forças Armadas Nacionais, mas sim pela guerra psicológica que exerce sobre os cidadãos, baseada na mentira e no terror.

A pressão psicológica surtiu efeito por uma série de fatores que serão explicados na seção II. Todavia, agora que os falsos líderes foram desmascarados e que os venezuelanos compreenderam que não existem saídas eleitorais para a crise, estabeleceram-se as condições para romper o controle psicológico, sair do Regime e salvar a Venezuela do castro-comunismo.

Na seção III se assinala o caminho para consegui-lo, através da aplicação conjunta dos artigos 333 e 350 da Constituição. Mas não se trata de uma receita ou de uma fórmula matemática. O que a realidade exige é uma mudança de atitude.

Venezuelano, quando leres este livro, não penses em encontrar soluções rígidas. Aproveita a leitura para refletir sobre a tristeza e a impotência que sentes por estares sob um regime desprezível, e sobre o futuro que te espera e a teus filhos se não lutares contra o totalitarismo; medita sobre o objetivo da vida, sobre a maravilha que poderia ser a Venezuela se estivesse bem governada.

Pensa na importância em derrotar o medo, na beleza da liberdade e no valor da dignidade humana. Isto é, medita sobre o transcendente, e não sobre o efêmero e o material.

Se ao leres este livro alcançares essas alturas, então terás rompido os grilhões da pressão psicológica e estarás pronto para integrar as fileiras da desobediência generalizada que deitará por terra esta ditadura totalitária.

O autor

1º de junho de 2005

Seção I

Por que livrar-se de Chávez?

2. Verdadeiras razões para enfrentar o Regime

O regime de Chávez não é apenas um mau governo. Se assim fosse, teríamos de esperar o ano de 2006 para trocá-lo mediante o processo de sempre - as eleições presidenciais - tal como se fez com maus governos anteriores. Mas, neste caso, não é possível esperar até as próximas eleições, mas sim trocá-lo o quanto antes.

Em **primeiro** lugar, porque Chávez está destruindo a identidade nacional, subordinando a pátria aos interesses de Fidel Castro e da guerrilha colombiana, e dividindo os venezuelanos de tal forma que está nos levando para uma guerra civil. Semelhante conduta não é atribuível apenas a um projeto político e ideológico, mas sim a uma desordem de personalidade que se explicará no próximo capítulo.

Em **segundo** lugar, porque não se trata de um governo democrático. Os Poderes Públicos estão controlados pelo Executivo, as eleições não são transparentes e a dissidência é ferozmente perseguida.

Em **terceiro** lugar, porque Hugo Chávez é o principal responsável pelo massacre de 11 de abril de 2002¹ e, portanto, culpado dos delitos de lesa-humanidade. Mas não contente com isso, pretende continuar a cometê-los ao constituir uma máquina de guerra para neutralizar seus opositores.

Em **quarto** lugar, porque em 15 de agosto de 2004 cometeu-se uma visível fraude no plebiscito. Chávez perdeu e, desde então, deixou de ser o Presidente para converter-se em usurpador. Para comprová-lo, basta acessar qualquer pesquisa de boca de urna ou ler com atenção o informe de Tulio Álvarez².

Em **quinto** lugar, porque apesar dos fabulosos lucros petrolíferos que recebeu, este regime vem destruindo e empobrecendo cada vez mais o país, multiplicando o desemprego, a miséria e a insegurança. A prova mais palpável da ineficiência e da corrupção governamental é o Estado Vargas³, que continua à deriva mesmo após os desastres naturais.

A cada dia que passa, agrava-se a destruição do país e de suas instituições. Além disso, o passar do tempo favorece os planos totalitários do Regime, porque lhe permite expandir e fortalecer uma estrutura bélica que, com a chegada dos 100 mil fuzis russos AK 47, será mais difícil derrotar. Daí a necessidade de atuar prontamente para conseguir-se uma troca de governo.

3. Um presidente enfermo

Em agosto de 1994, notei uma estranha mudança de conduta em Chávez, o que me levou a escrever um artigo intitulado “Lavaram o cérebro do comandante Hugo Chávez?”, publicado na revista *Resumen Ejecutivo* (volume XI, número 17, página 40). Ali manifestava minha preocupação, porque o comandante golpista começou a evidenciar atitudes erráticas e marcadamente ególatras, distintas do comportamento exibido até então, e me perguntei se ele haveria sido objeto de uma “operação psicológica”.

Ao longo dos anos, minha preocupação aumentou porque Chávez foi manifestando uma atitude cada vez mais megalômana, messiânica e intolerante.

No início do ano 2000, o jornal *El Universal* publicou um interessante artigo da Dra. María Josefina Bustamante, psicóloga clínica venezuelana, que diagnosticou que Chávez sofria de uma “personalidade narcisista histriônica”. Imediatamente entrei em contato com ela e com outros profissionais da psiquiatria, para entender os perigos e alcances dessa enfermidade.

Depois de falar com eles, em maio de 2000 escrevi um artigo intitulado “O que fazer com um Presidente enfermo”. Uma versão reduzida foi publicada na revista eletrônica *Colombia Analítica* e outra, mais longa, em um folheto de oito páginas que circulou por dezenas de milhares de pessoas em toda a Venezuela.

No folheto era explicado que Chávez sofria de uma “desordem de personalidade”, do tipo “histriônico-narcisista”, nos termos descritos pelos autores Hahn, Albers e Reist, da Faculdade de Medicina da Universidade da Califórnia, em seu célebre livro *Psiquiatria* (Edições Current Clinical Strategies, 1999). Nas páginas 57 e 58 do livro é mostrado que, entre os sintomas dessa enfermidade, estão os seguintes: “o paciente não se sente à vontade, a menos que seja o centro das atenções”, “necessita ser admirado e exagera seus sucessos e talentos”, “a percepção inflada de si mesmo leva-o a denegrir os demais”, “mostra uma atitude arrogante”, “suas atuações dramáticas, carregadas de emotividade, carecem de sinceridade”, “utiliza e manipula os demais para alcançar seus próprios fins e somente busca relacionamentos que de alguma maneira o beneficiem”, “incomoda-se se não se compraz imediatamente”, “o paciente inicia projetos, mas é incapaz de finalizá-los (inclusive relações pessoais)”, “sofre amiúde de ataques depressivos”.

Naquele artigo também afirmei que “o exercício ilimitado do poder agrava a condição de quem sofre desse tipo de enfermidade. Portanto, a continuar no cargo, Chávez se transtornará ainda mais, nos levará definitivamente a um choque com a Colômbia e com os Estados Unidos, e agudizará os enfrentamentos internos,

até nos levar, finalmente, a uma guerra civil”.

É importante ressaltar que não se trata de demência, o que o haveria impedido de chegar tão longe, mas sim de um transtorno que se manifesta, por exemplo, quando publicamente afirma que a Secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, está apaixonada por ele⁴.

Somente uma desordem desta magnitude explica por que Chávez seja capaz de causar tanto mal a seu próprio país, chegando ao extremo de destruir a identidade nacional e de entregar a Fidel Castro o controle da Venezuela.

4. Destruição da identidade nacional

A Venezuela é mundialmente conhecida como uma nação alegre, aberta e hospitaleira, além de pertencer à civilização cristã ocidental, como resultado da evangelização espanhola. Mas, em seus fundamentos, a identidade histórica da Venezuela está ligada ao ato de Independência da América.

Uma nação localizada nos confins da civilização construiu um exército, não para conquistar ou dominar outros países, mas para libertá-los do jugo estrangeiro, derramando o sangue de seus filhos sem exigir nada em troca. Essa bela epopéia, da qual cada venezuelano se sente profundamente orgulhoso e que lhe faz brotar lágrimas de emoção, é nosso tesouro mais precioso.

Entretanto, em seu afã de satisfazer as postulações do regime cubano, Hugo Chávez pretende destruir esse aspecto crucial da identidade nacional ao utilizar os recursos humanos e materiais de nossa pátria para subjugar os povos da América e colocá-los a serviço do castro-comunismo. Chávez pretende que um país, cujo principal produto de exportação tem sido a liberdade, agora exporte a escravidão e o totalitarismo.

Esse é o aspecto mais perverso de seu projeto e, ao mesmo tempo, a razão de sua perda, porque o povo venezuelano jamais permitirá semelhante violação da identidade nacional e lutará com toda a sua força para evitar que isso ocorra, ainda que até agora se tenha comportado de forma pacífica e moderada.

A Venezuela teve muitos maus governantes, desde ditadores e tiranos até homens corruptos que buscaram seu próprio benefício ou o de seu partido, e não o do país. Mas ao menos todos eles tinham alguma idéia - equivocada ou incompleta - de desenvolvimento e bem-estar.

O caso de Hugo Chávez, contudo, é muito mais grave porque às suas fraquezas pessoais se acrescenta uma característica destrutiva e inaceitável: a subordinação incondicional a Fidel Castro e a filiação a um projeto castro-comunista contrário à identidade nacional.

A entrega preferencial de petróleo e de outros recursos a Cuba, a criação de um escritório de Petróleos da Venezuela - PDVSA - em Havana, a compra de 500 milhões de dólares da dívida externa argentina, o fornecimento de recursos a seus aliados na América Latina, a assinatura de duvidosos contratos com empresas estrangeiras, tudo isso em detrimento dos cofres do Estado, assim como a negligência em resolver os problemas da pobreza, desemprego, saúde, habitação e insegurança que existem no país, demonstram que Chávez pouco se importa com o bem-estar do povo venezuelano e, ao contrário, tem grande interesse em exportar a

revolução cubana para o resto do continente americano.

Poder-se-ia dizer que, apesar de ter nascido em Barinas e comportar-se de maneira aparentemente muito nacionalista, Hugo Chávez não é, psicologicamente, um venezuelano, mas atua como um agente a serviço de interesses internacionais.

5. O Foro de São Paulo: ameaça hemisférica

Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e da ruína do comunismo na ex-União Soviética, Fidel Castro decidiu substituir o apoio que recebia do bloco oriental pelo de uma transnacional latino-americana.

Aproveitando-se do poder parlamentar que tinha o Partido dos Trabalhadores brasileiro (PT), Fidel Castro convocou - junto com o atual presidente do Brasil, Luís Inácio "Lula" da Silva - todos os movimentos esquerdistas da América Latina, incluindo os grupos guerrilheiros, para participar de uma reunião na cidade de São Paulo.

A reunião se realizou no dia 3 de julho de 1990, com a presença de 63 forças políticas pertencentes a 22 países latino-americanos e caribenhos, incluindo as FARC e o ELN colombianos, e ali dedicaram fundar uma organização denominada Foro de São Paulo (www.forosaopaulo.org).

A organização foi crescendo extraordinariamente, como foi sendo demonstrado em seus encontros anuais. No VI Encontro, por exemplo, realizado em 1996 na cidade de São Salvador, estiveram presentes 187 delegados pertencentes a 52 organizações-membros, além de 289 delegados adicionais representando 144 organizações convidadas.

Com o fracasso do marxismo, os dirigentes do Foro de São Paulo decidiram levantar outras bandeiras: uma delas foi o indigenismo, ou a suposta luta pelos direitos dos índios, para encobrir a formação de grupos guerrilheiros como o Exército Zapatista de Libertação Nacional. E também o incentivo ao separatismo, ao argumento de que os territórios ocupados pelas tribos indígenas pertencem a elas e não ao Estado nacional. Uma outra foi o ecologismo radical que, alegando a proteção do meio-ambiente, justifica a ação de terroristas que obstam o avanço do Estado através de obras de infra-estrutura, como estradas e redes elétricas. E finalmente, uma versão extremista da chamada Teologia da Libertação, representada, entre outros, por Frei Betto, Leonardo Boff e Evaristo Arns, com o objetivo de dividir a Igreja Católica e justificar a violência com argumentos supostamente cristãos.

O Foro de São Paulo criou um sistema de comunicação permanente, e até uma revista própria, denominada América Livre, cuja versão eletrônica está disponível no site <http://www.nodo50.org/americalibre>.

Posteriormente, o projeto se expandiu ao mundo inteiro, com a criação do Foro Social Mundial (www.forumsocialmundial.org.br), organização que se tornou célebre por suas reuniões em Porto Alegre, Brasil, e que abarca toda a esquerda

internacional.

Chávez se inscreve no Foro de São Paulo

Em 30 de maio de 1995, uma nota da Associated Press (AP), proveniente de Montevideú, reproduzida em diversos jornais venezuelanos, informou que Hugo Chávez viajou para aquela cidade para inscrever-se no Foro de São Paulo, que ali realizava seu V Encontro.

Cinco meses antes, em dezembro de 1994, depois de sair da prisão pelo golpe de Estado que tentou em 1992, Chávez viajou para Havana, onde foi tratado por Fidel Castro como Chefe de Estado.

Uma grande preocupação tomou conta de mim a partir daquele momento. Um homem que eu considerava extremamente perigoso, por sua disposição à violência e por seus distúrbios de personalidade, contava agora com o apoio de Fidel Castro e de uma organização transnacional comunista, com suficiente experiência política e capacidade financeira para colocá-lo na presidência da Venezuela, e depois cobrar, com juros, os favores concedidos.

Em 28 de novembro de 1995, no jornal *Últimas Noticias* (página 14), publiquei o primeiro artigo que se escreveu na Venezuela sobre o tema. Ali denunciei que “Hugo Chávez faz parte do chamado Foro de São Paulo, organização criada e dirigida por Fidel Castro, que agrupa todos os movimentos narcoterroristas da América Latina, incluindo o ELN e as FARC colombianas”.

De 1996 a 1998, dediquei-me a advertir publicamente sobre o perigo que significava o Foro de São Paulo e o acesso ao poder, na Venezuela, de um títere dessa organização. Desde então eu estava convencido de que a subversão latino-americana dava seu apoio a Chávez em troca de um futuro respaldo. Todavia, devido ao fracasso dos partidos tradicionais e à sua rejeição pela sociedade, o povo venezuelano preferiu não aceitar as provas apresentadas, e a popularidade de Chávez foi crescendo até convertê-lo em um candidato vencedor.

Tentativa para impedir a tragédia

Como eu não obtinha acesso suficiente aos meios de comunicação para apontar o perigo, decidi lançar minha candidatura independente à Presidência da República. Sabia que não teria nenhuma chance de vencer, mas considerei que assim obteria alguma cobertura midiática, o que de fato ocorreu.

Em 25 de julho de 1998, minha candidatura foi formalmente inscrita perante o Conselho Supremo Eleitoral e, diante de toda a mídia presente, pronunciei um breve discurso intitulado “Meu objetivo é evitar a guerra civil” (ver a

seção de Anexos, capítulo 18), em que descrevi a gravidade da situação que a Venezuela estava a ponto de experimentar.

Durante quatro meses percorri as principais cidades do país, visitando todas as estações de rádio e televisão e as empresas de jornais que estivessem dispostas a me entrevistar, expondo Chávez como “o candidato de Fidel Castro e da guerrilha colombiana”.

Faltando um mês para as eleições presidenciais, em 1º de novembro de 1998, publiquei um opúsculo intitulado “Uma transnacional do terror, autodenominada Foro de São Paulo, dirigida por Fidel Castro e formada por criminosos, narcotraficantes e assassinos, pretende tomar de assalto a Venezuela muito em breve e utilizar nosso território para exportar a Revolução Cubana a toda a América Latina. O instrumento para materializar esse plano macabro é Hugo Chávez Frías”.

Mais adiante, eu dizia: “Chávez não representa um projeto nacional. Desde antes de 4 de fevereiro de 1992⁵, Chávez tem sido, e ainda é, um títere de Fidel Castro e da narcoguerrilha latino-americana. Intentou dois golpes de Estado para entregar-lhes o poder, mas em vista do seu fracasso militar, o Foro de São Paulo determinou-lhe que construísse um partido político para tentar de novo pela via eleitoral”.

Mas o descontentamento com os partidos era muito grande e as falsas promessas de Chávez muito atraentes, o que fez com que o povo preferisse votar nele. A tragédia estava consumada.

Chávez consolida o Projeto

Três semanas depois de assumir a Presidência, Chávez começou a mostrar suas obscuras intenções. Em 23 de fevereiro de 1999 ofereceu, publicamente, asilo a guerrilheiros colombianos que houvessem sido feridos em combate, alegando que se tratava de “combatentes em um conflito interno, com relação ao qual nos mantemos neutros”.

Chávez negou que as FARC e o ELN cometem crimes não apenas na Colômbia, como também assassinam, seqüestram e esbulham em território venezuelano. Essa nova política marcou o início de uma série de declarações, acompanhada de ações muito concretas, com o objetivo de “cubanizar” a Venezuela e colocá-la a serviço do Foro de São Paulo.

Mas para consegui-lo, era necessário primeiro destruir as instituições nacionais e controlar os Poderes Públicos. Como primeiro passo, Chávez convocou uma Assembléia Constituinte, que se instalou em 15 de agosto de 1999.

Redigir uma nova Carta Magna era o de menos. O principal era outorgar-lhe uma condição “supraconstitucional”, para assim dissolver ilegalmente os Poderes e substituir aqueles que os integravam por pessoas adeptas da Revolução.

Um ano antes, em 16 de setembro de 1998, adverti em declarações publicadas no jornal *El Bolivariense*, que “a Constituinte é um ardil do comandante golpista Hugo Chávez para acabar com as instituições nacionais, para tomar a si todo o poder e instaurar uma ditadura”.

Com o controle dos novos Poderes Públicos, que foram seqüestrados pelo Executivo a partir mesmo do seu nascimento, Chávez vem destruindo os tecidos sociais e econômicos do país, para converter a Venezuela em uma plataforma de expansão do Foro de São Paulo, que cresceu enormemente graças ao financiamento venezuelano.

De 1998 até esta data, vários membros do Foro de São Paulo alcançaram o poder em seus respectivos países, entre eles Lula no Brasil e Tabaré Vázquez no Uruguai; e outros, como Evo Morales, na Bolívia, estão a ponto de alcançá-lo. Por isso, se não se promover uma rápida troca de governo na Venezuela, o dano continental será permanente e irreversível.

Seção II

Obstáculos que impediram a vitória. Como superá-los

6. O medo como mecanismo de dominação

O modelo comunista caracteriza-se pela dominação dos povos por parte de uma cúpula, que utiliza a mentira e o medo para obter o controle das massas.

Muitas obras se escreveram para denunciar esta realidade, entre elas *1984* e *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell. Na primeira, Orwell apresenta um futuro no qual uma ditadura totalitária interfere a tal ponto na vida privada dos cidadãos, que torna-se impossível escapar a seu controle. E a segunda é uma metáfora da Revolução Russa e sua evolução até o stalinismo.

O tema do controle através do medo é tão recorrente e vital para a sociedade, que até as fábulas infantis o abordam. É o caso do filme *Vida de Inseto*, das empresas Disney e Pixar, inspirado na célebre fábula da cigarra e da formiga, do escritor grego Esopo.

Em *Vida de Inseto*, uma vintena de aproveitadores escravizam milhares de formigas, obrigando-as a trabalhar para eles. A forma como as mantêm submetidas é ameaçando constantemente a rainha das formigas. Ao amedrotar a liderança, que lamentavelmente o permite, a massa de formigas cede à chantagem.

Para romper o controle, basta que uma só formiga se negue a continuar com a farsa e se disponha a lutar, como ocorre no filme com a formiga “Flik”, que inspira suas companheiras arriscando sua vida e explicando-lhes o poder que o formigueiro possui frente a uns poucos exploradores.

A vida: um dom subordinado

A vida é o presente mais precioso que Deus dá ao homem, brindando-o, além dela, com ferramentas para que a desfrute plenamente e para que seja profundamente feliz. Mas paradoxalmente, ela não é um fim em si mesma, mas um instrumento para alcançar fins mais transcendentos.

A luta que o ser humano trava para desprender-se de si mesmo a fim de cumprir objetivos superiores é uma constante na história da humanidade. Esses fins superiores estão ligados à defesa da verdade e ao bem do próximo, particularmente das futuras gerações.

Arriscar a vida, e até morrer pela verdade e pela liberdade se isso for necessário, é um valor consagrado através da história, inclusive bíblica.

Uma das passagens mais comoventes do Antigo Testamento é que narra a tortura e a morte dos sete irmãos judeus e de sua mãe, por ordem do rei Antíoco, que os executa porque se empenham em defender suas crenças (Macabeus, 2:7).

Em outubro de 2000, o Santo Padre João Paulo II declarou São Tomás

Moro padroeiro dos governantes e dos políticos. Tomás Moro, Chanceler da Inglaterra em 1530, se notabilizou por defender seus valores e princípios frente às pressões e ameaças dos mais poderosos, mesmo ao custo de ser decapitado, como de fato ocorreu.

Uma das principais características da arte clássica é que ela ressalta o valor relativo da vida frente a fins superiores e mais transcendententes. Na obra *Henrique V*, Shakespeare inclui uma bela passagem - o discurso do rei a seus soldados antes da batalha de São Crispim - onde os protagonistas sentem grande prazer por terem a oportunidade de arriscar-se em defesa da pátria.

O discurso se dá na terceira cena do quarto ato, quando o nobre Westmoreland, primo do rei, pouco antes da batalha manifesta sua preocupação ante a superioridade numérica dos franceses, exclamando angustiado: “Oh, se tivéssemos aqui pelo menos dez mil ingleses como esses, entre os que hoje permanecem inertes na Inglaterra!”

O rei Henrique imediatamente responde: “Quem expressa esse desejo? Meu primo Westmoreland? Não, meu caro primo. Se estamos destinados a morrer, nosso país não tem necessidade de perder mais homens do que os que somos. E se devemos viver, quanto menos sejamos, maior será para cada um o quinhão de honra. Proclama antes, através do meu exército, Westmoreland, que aquele que não for com coração à luta poderá se retirar: lhe daremos um passaporte e poremos na sua mochila uns escudos para a viagem; não queremos morrer na companhia de um homem que teme morrer como companheiro nosso”.

Depois continua, dizendo: “Aquele que hoje verte seu sangue comigo será meu irmão; por mais vil que seja, esta jornada o enobrecerá e os cavaleiros que permanecem agora no solo da Inglaterra se considerarão amaldiçoados por não estarem aqui e terão sua nobreza em baixa conta quando ouvirem falar nos que combateram conosco no dia de São Crispim”. Ao que Westmoreland, comovido, responde: “Seja essa a vontade de Deus! Meu soberano, quisera que somente vós e eu, sem outras forças, pudéssemos lutar nesta batalha!”

Entretanto, não é preciso ir tão longe. A Venezuela está repleta de exemplos históricos em que prevaleceram os interesses da pátria sobre os individuais, ainda que hoje eles não floresçam devido à cultura baseada no materialismo e no hedonismo, o que será abordado mais adiante, no capítulo 23.

Quando se tem razão, uma atitude valente é muito mais prática e efetiva do que a submissão, a indiferença ou a covardia. Os que decidem não lutar são os piores, ainda que pretendam, com sua atitude, salvar-se do perigo.

7. Tentativa para romper o controle

Depois de estudar os mecanismos de dominação e de pressão psicológica do governo, cheguei à conclusão de que a maneira de romper seu controle seria confrontar o Regime, denunciando-o sem rodeios e desmascarando seus planos.

Para consegui-lo, nos anos de 2000 e 2001 escrevi seis opúsculos que circularam por dezenas de milhares de pessoas, entre eles: *Hugo Chávez: o candidato da guerrilha colombiana* (julho de 2000); *Radiografia do Foro de São Paulo* (agosto de 2000), em que explico a estratégia da subversão para tomar o poder na América Latina; *Não deixe que Fidel Castro lave o seu cérebro e o de seus filhos* (janeiro de 2001), onde abordo o verdadeiro alcance do Decreto 1.011⁶; *Avança a cubanização a passo de vencedores* (abril de 2001), em que relato a entrega do país ao regime cubano na economia, na agricultura, na educação no esporte, na medicina e em outras áreas. Paralelamente, elaborei pelo menos um milhão e meio de panfletos que continham uma versão resumida dos opúsculos, alguns dos quais estão disponíveis no site www.fuerzasolidaria.org.

No mesmo período, coordenei a produção de 11 números da revista bimestral *Fuerza Productiva*, onde além de serem fornecidas ferramentas intelectuais para combater os choques ideológicos do Foro de São Paulo, apresenta-se um empolgante programa de industrialização e desenvolvimento para a Venezuela, baseado nas experiências vitoriosas de países como Estados Unidos, Alemanha e Japão (o conteúdo integral das revistas está disponível na mesma página eletrônica).

Em 27 de julho de 2000, acusei Chávez formalmente de traição à pátria, perante a Procuradoria Geral da República, pela entrega do país a Fidel Castro e à guerrilha colombiana (o texto completo da acusação está disponível na seção de anexos, capítulo 19).

Em dezembro de 2000, a intenção do Regime de alterar os programas educacionais (Decreto 1.011 e Projeto Educacional Nacional) para doutrinar crianças e jovens com a ideologia castro-comunista provocou na sociedade civil uma furiosa reação e marcou o início das manifestações de rua. Todavia, não eram marchas contra o Regime, mas apenas contra os planos educacionais do governo, ou seja, um tema isolado. Eu estava convencido de que os problemas setoriais só poderiam ser resolvidos com a troca de governo. Então decidi promover um grande movimento nacional para livrar-nos de Chávez pela via constitucional.

Nasce a Força Solidária

Em 30 de março de 2001, um grupo de venezuelanos decidimos formar a associação civil Força Solidária, com o objetivo, entre outros, de promover ações destinadas a levar milhões de pessoas a Miraflores⁷, a fim de forçar a renúncia de Chávez. Esboçamos um esquema de marchas crescentes, ou seja, manifestações cada vez maiores, começando com um pequeno grupo.

Depois de marchar com os trabalhadores em 1º de maio de 2001, decidimos realizar uma manifestação contra a “Cubanização da Venezuela”, em 26 de maio de 2001, e o melhor lugar para isso foi em frente à Embaixada de Cuba.

Apesar de termos obtido a autorização da Prefeitura de Baruta, centenas de ônibus oficiais carregados de chavistas e protegidos pela Disip⁸ impediram nosso passo.

A concentração foi um êxito, em primeiro lugar porque a partir desse momento teve início um debate público sobre a cubanização, convertendo-se em um tema fundamental de discussão. E, em segundo lugar, porque os venezuelanos souberam, pela primeira vez, o que eram os Círculos Bolivarianos: homens fanáticos e armados agredindo manifestantes pacíficos da sociedade civil, o que enervou os ânimos do povo e o dispôs a participar de outras ações.

Ademais, o governo revelou suas tendências castristas, defendendo com violência sua política de cubanização e queimando a bandeira norte-americana. Em cadeia de televisão, desde a Malásia, Chávez se queixou da marcha, utilizando a expressão “esquálidos” para referir-se ao pequeno número de manifestantes ali concentrados.

O objetivo do Regime era infundir medo, mas a Força Solidária não se intimidou. Ao contrário, em 23 de junho e em 20 de outubro de 2001, organizou novas marchas, denominadas “Chávez: Fora já!”, em que milhares de venezuelanos se animaram a pedir, pela primeira vez, a renúncia de Chávez. Desde então, muitos outros grupos de oposição começaram a pedir a renúncia do comandante golpista.

Em 7 de dezembro de 2001, a Força Solidária lançou um audacioso desafio a Chávez e realizou a famosa “Marcha ao Palanque do Povo”, a fim de pedir-lhe a renúncia em sua presença. Uma vez mais, o Regime impediu a marcha antes autorizada, interpondo um “escudo humano” formado por homens fanatizados e armados, que agrediram os pacíficos manifestantes. De novo, a notícia deu a volta ao mundo. Pela segunda vez, a Força Solidária forçou o governo a mostrar-se como é.

Graças ao trabalho da Força Solidária e aos valentes homens e mulheres que participaram dessas ações, a opinião pública compreendeu a necessidade de uma troca de governo.

Em 10 de dezembro de 2001, a Fedecámaras⁹ e a CTV¹⁰ convocaram uma greve cívica que se cumpriu com todo êxito, até que, ao final, ao invés de pedir a renúncia de Chávez, só se limitaram a pedir-lhe que “retificasse”, referindo-se às 40 leis polêmicas que estavam em discussão.

Em seguida começaram as grandes mobilizações de rua do ano de 2002, a primeira delas em 23 de janeiro, motivada pelo aniversário de nascimento da democracia¹¹, da qual participaram um milhão de venezuelanos.

8. Começa a tragédia da oposição

No ano de 2002, os principais dirigentes da oposição, agrupados no que logo se chamou de “Coordenação Democrática”, tomaram o controle de todas as manifestações de rua, mas excluindo consciente e deliberadamente a Força Solidária. Lamentavelmente, não o fizeram para melhorar nossas ações, mas sim para distorcê-las e colocá-las a serviço de interesses partidários.

O objetivo da Coordenação Democrática era substituir o Regime unicamente através de um ilusório esquema “pacífico e eleitoral” que lhes garantisse o acesso ao poder logo após a saída de Chávez.

Opusemo-nos publicamente a essa estratégia porque, dada a condição totalitária do Regime e o controle que ele tinha sobre todos os Poderes Públicos, sabíamos que Chávez jamais sairia mediante um mecanismo eleitoral. O único caminho viável era a desobediência civil, prevista no artigo 350 da Constituição.

Ademais, a Coordenação colocou-se completamente em mãos de Jimmy Carter e de César Gaviria¹², o que criticamos publicamente, por conhecermos os antecedentes de ambos os personagens (ver capítulo 20, na seção de anexos).

Ao invés de ouvir nossas contestações, que fundamentamos da maneira mais séria e pedagógica possível, os dirigentes da Coordenação Democrática nos expulsaram da liderança oposicionista, acusando-nos falsamente de “violentos, direitistas e radicais”.

Advertimos publicamente que a Coordenação desperdiçaria anos de esforços da sociedade civil e que, ao final, a levaria ao fracasso, e que Chávez utilizaria todo esse tempo para continuar destruindo as instituições, particularmente as Forças Armadas, enquanto fortaleceria sua máquina bélica de repressão. Mas não apenas fomos rechaçados pela Coordenação e por alguns meios de comunicação, como também por muitos que pensaram que nossas contestações, além de “violentas”, atentavam contra a “unidade da oposição”.

Erros cometidos pela direção oposicionista

Uma vez que, seguindo as diretrizes do Foro de São Paulo, o Regime estava utilizando como mecanismo de dominação a mentira e o terror, o pior que poderiam fazer os dirigentes da Coordenação Democrática era, em primeiro lugar, submeter-se à mentira, aceitando as regras viciadas que o Regime estabelecia e, em segundo lugar, deixar-se manipular pelo medo. Mas lamentavelmente, foi justamente isso o que fizeram.

Primeiro, empenharam-se em promover apenas uma saída “pacífica e eleitoral”, excluindo qualquer outra fórmula democrática e constitucional, como, por exemplo, a desobediência civil. Pior ainda, fecharam as portas àqueles que pregavam a aplicação dos artigos 333 e 350 da Constituição, tachando-os de “violentos” e “radicais”. **Segundo**, ignoraram a condição totalitarista de Chávez - apesar de todas as provas existentes - e seguiram, de forma submissa, as regras eleitorais de um CNE¹³ e de um TSJ¹⁴ governista. **Terceiro**, utilizaram a Coordenação como um partido político, cujo objetivo principal era a busca do poder, e não tirar Chávez para construir um país melhor. **Quarto**, por provirem das filas do marxismo, muitos deles se negaram a orientar a luta até os pontos verdadeiramente cruciais, ou seja, o caráter castro-comunista do Regime, a subordinação a Fidel Castro e o estreito vínculo com a guerrilha colombiana. **Quinto**, mesmo sabendo que o problema venezuelano deveria ser resolvido internamente, puseram-se de mãos dadas com setores internacionais cujos interesses diferem muito dos nacionais. E **sexto**, jamais apresentaram um programa transcendente, baseado em princípios morais, valores universais e em um ambicioso projeto de país, mas mantiveram apenas uma atitude pragmática e um discurso banal, sem conteúdo e sem profundidade.

Prevelecem o medo e o egoísmo

As agressões aos movimentos oposicionistas, os assassinatos de manifestantes, as perseguições judiciais e os encarceramentos têm com objetivo aterrorizar a dissidência para evitar que ela continue lutando. Os dirigentes oposicionistas caíram nesse jogo porque, quando retrocedem ou negociam, como fez a Coordenação Democrática, ou quando fogem de um país para evitar a prisão, como fizeram muitos líderes, contagiam seu medo ao resto da sociedade e acabam se desmoralizando.

Nesse sentido, foram erros graves: aceitar que Chávez jurasse desrespeitosamente a “Constituição moribunda”; permitir a dissolução dos Poderes, pela suposta condição “supraconstitucional” da Assembléia Constituinte; convalidar a volta de Chávez após o massacre¹⁵ de 2002; desviar a marcha de agosto de 2002; participar de uma Mesa de Negociação e Acordo com os responsáveis de 11 de abril; aceitar a validade do *Reafirmazo*¹⁶ e do *Reparazo*¹⁷, quando as primeiras assinaturas já eram válidas; frear os protestos de fevereiro de 2004¹⁸; participar do Revocatório¹⁹ e das Eleições Regionais com um CNE²⁰ governista, sem poder abrir as urnas nem contar os votos; não anunciar os resultados do RR²¹ na tarde de 15 de agosto, como prometido; entregar, servilmente, as governorias e prefeituras, depois da vitória das eleições de 31 de outubro²². Isso para mencionar apenas

alguns casos.

Em cada um desses episódios dizia-se que era melhor ceder porque, caso contrário, o Regime desencadearia a violência. Entretanto, como demonstra o caso de Hitler e a nossa própria experiência, retroceder ante as arbitrariedades favorece os tiranos e multiplica a violência.

Se a comunidade internacional tivesse enfrentado Hitler em 1933, quando ele desfechou o golpe de Estado contra o governo austríaco, ao invés de esperar seis anos até a invasão da Polônia, ter-se-ia evitado a Segunda Guerra Mundial com o seu trágico saldo de 50 milhões de mortes.

Da mesma maneira, a atitude condescendente da oposição deu tempo ao Regime para comprar armas e fortalecer uma poderosa máquina de guerra, que não apenas ameaça os venezuelanos, mas toda a região.

A dura verdade é que os líderes opositores se deixaram manipular pelo medo porque estavam mais interessados em satisfazer suas próprias ambições do que em salvar o país do totalitarismo. Por isso faz falta uma nova liderança que subordine seus interesses pessoais aos da Pátria.

Agora é possível criá-la, porque, devido às razões expostas, a liderança tradicional foi derrotada. Além disso, os venezuelanos abriram os olhos e compreenderam que não existem soluções eleitorais para a crise atual. Abriu-se o caminho para o 350 e a legítima defesa.

9. O direito universal à legítima defesa

Há ocasiões em que o uso da força não apenas constitui um direito inalienável, como também um dever ineludível. Por exemplo, quando malfeitores agridem injustamente pessoas inocentes, colocando-as em perigo de morte, como ocorreu em 16 de agosto de 2004 na Praça Altamira. Quando se tem meios para evitá-lo, é uma obrigação fazê-lo.

O Catecismo da Igreja Católica, no Número 2.265, estabelece que: “A legítima defesa pode ser não apenas um direito, mas um sério dever para quem é responsável pela vida de outrem. A defesa do bem comum exige colocar o agressor em situação que o impeça de causar prejuízos. Por esse motivo, os que têm autoridade legítima têm também o direito de repelir, inclusive com o uso de armas, os agressores da sociedade civil confiada à sua responsabilidade”.

Quando se trata de nações, o conceito de legítima defesa se amplia, transformando-se no de “guerra justa”, aplicável tanto ao conflito externo quanto ao interno. Neste caso, também há ocasiões em que o uso da força constitui não apenas um direito, mas um dever.

A constituição pastoral do Concílio Vaticano II, *Gaudium et spes*, diz textualmente, no Capítulo IV, Número 74: “Quando a autoridade pública, abusando de sua competência, oprime os cidadãos, estes não devem esquivar-se às exigências objetivas do bem comum; é-lhes lícito, sem dúvida, defender seus direitos e os de seus concidadãos contra o abuso de tal autoridade”. Mais adiante, no Capítulo V, Número 78: “A paz não é a mera ausência de guerra, nem se reduz apenas ao equilíbrio das forças oponentes, nem surge da hegemonia despótica”.

Existem certos requisitos - entre os quais a justiça - que, se não forem cumpridos, ocasionam, cedo ou tarde, a ruptura de uma paz aparente.

Submeter-se servilmente a um tirano pode significar a paz, mas só temporariamente, pois que a longo prazo a injustiça de um regime tirânico trará, como conseqüência, maior violência.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelece muito claramente, em seu terceiro parágrafo, que constitui um direito humano o “supremo recurso à rebelião contra a tirania e a opressão”.

Lamentavelmente, a sociedade civil está tão influenciada pelo “pós-modernismo” que, apesar de todas as injustiças, muitos consideram “politicamente incorreto” recorrer à legítima defesa, mesmo que esta seja justificada, legítima e constitucional. Entretanto, como o Regime não age com benevolência na hora de

agredir, é de vital importância que os venezuelanos rompam com os dogmas pós-modernos.

Na seção de anexos, nos capítulos 23 e 24, incluem-se dois artigos intitulados “O pós-modernismo e a paralisia da sociedade” e “O ato heróico de Alcazar de Toledo”, que lançam luzes sobre os obstáculos fundamentais que impedem a sociedade civil de defender-se das agressões oficiais, e sobre qual deve ser a atitude a ser tomada para vencê-los.

As Forças Armadas e a legítima defesa

Como a ação do Regime colocava em ameaça a vida dos cidadãos e a segurança da nação, a Força Solidária entendeu que os militares tinham o dever de “colocar o agressor em situação de não poder causar danos”, tal como estabelece o direito universal à legítima defesa.

Para tanto, decidimos pedir às Forças Armadas que protegessem a sociedade civil das agressões arbitrárias e ilegais do oficialismo, por meio de uma matéria paga publicada no *El Nacional* em 17 de junho de 2001, disponível na página da web www.fuerzasolidaria.org. Era a primeira vez que alguém se atrevia a fazê-lo.

Um ano depois, em 20 de setembro de 2002, convocamos a realização de uma vigília denominada “Militares: Ação já!”, com o objetivo de “inspirar as Forças Armadas a intervir para proteger a sociedade e restabelecer o vínculo constitucional”, conforme estabelecido nos Artigos 333 e 350 da Carta Magna (ver texto completo da convocatória no capítulo 21, seção de anexos).

Em conseqüência disso, fui seqüestrado por um grupo de 10 funcionários da Disip e levado ao cárcere por ordens diretas de Chávez, convertendo-me assim no primeiro preso político do Regime.

Havia ainda, então, alguma institucionalidade, razão por que recuperei a liberdade no dia seguinte. Legalmente, não havia nenhum crime que me pudesse ser imputado.

Poucos dias depois, em 6 de outubro de 2002, decidimos acusar publicamente Fidel Castro, por intermédio de uma carta publicada no *El Nacional* (ver texto completo no capítulo 22, seção de anexos). Estávamos convencidos de que era Castro quem realmente governava a Venezuela e que havia ordenado minha prisão para amedrontar todos aqueles que se atrevessem a solicitar publicamente a participação dos militares na solução da crise.

De sua parte, os dirigentes da Coordenação Democrática condenaram

publicamente e impediram qualquer intervenção das Forças Armadas Nacionais, apesar de plenamente justificada.

Em janeiro de 2003, a Força Solidária passou a integrar o Bloco Democrático (www.bloquedemocratico.org), uma plataforma de Organizações Não-Governamentais integrada por mais de 50 associações civis, que também se atreveram a pedir publicamente a intervenção constitucional das Forças Armadas Nacionais.

Em meados do ano de 2003, passei a integrar o Conselho Diretivo do Bloco Democrático e, em 2004, fui eleito Secretário Geral Nacional dessa organização, cargo que exerci até o final de meu mandato, em dezembro de 2004, data em que voltei a assumir plenamente minhas funções dentro da Força Solidária.

Como integrante do BD, a Força Solidária incentivou, em nível nacional, uma alternativa democrática e constitucional - mas não eleitoral - para sair da crise: a desobediência civil generalizada, baseada nos Artigos 333 e 350 da Constituição.

Além disso, durante esse tempo, e percebendo que o regime venezuelano havia envidado esforços para exportar seu modelo a outros países, levamos a cabo uma intensa atividade internacional, advertindo os povos de outras nações sobre os perigos do Foro de São Paulo.

Fiz viagens à Argentina, ao Brasil, à Colômbia, a El Salvador, à Espanha, aos Estados Unidos e ao Uruguai, e escrevi cartas abertas aos povos do Brasil (outubro de 2002), do Chile (fevereiro de 2004) e da Colômbia (janeiro de 2005), assim como ao Presidente Uribe (janeiro de 2005), ao Congresso da Bolívia (março de 2005) e ao chanceler chileno (março de 2005), disponíveis na página www.fuerzasolidaria.org.

No início de 2005, depois da aprovação de leis e regulamentos que concederam ao oficialismo o controle total dos Poderes, insistimos que o único caminho disponível para lutar contra o Regime era através da desobediência constitucional generalizada, nos termos descritos na seção seguinte.

Seção III

Como organizar a desobediência civil?

10. Pré-requisitos da desobediência

Para que a desobediência obtenha o fim do Regime, é necessário que cumpra vários requisitos, dentre eles os seguintes:

1. A desobediência deve ser **generalizada e simultânea**. A desobediência de uns poucos não é desobediência, mas rebeldia, e não traz consequência alguma. Quando, ao contrário, a desobediência é generalizada, ou seja, em múltiplos lugares importantes de cada cidade, então é efetiva e demolidora. Existem cerca de 7 milhões de venezuelanos adultos que se opõem ao Regime, mas apenas 7 por cento deles (aproximadamente 500.000 pessoas) bem organizados são suficientes para alcançar o efeito generalizado que se busca. É importante que a desobediência se articule de forma simultânea, em todo o país, a fim de que o Regime não tenha a capacidade de reprimi-la.

2. A desobediência deve ser **organizada**. Diferentemente da estratégia eleitoral, na qual todos podem cumprir as mesmas funções, a desobediência requer que cada pessoa assuma uma função específica, em conformidade com suas afinidades e capacidades. Uns em propaganda, outros em operações, outros em grupos de legítima defesa, outros em logística, e assim por diante.

3. A desobediência deve ser **hierárquica**. Diferentemente da estratégia eleitoral, na qual as pessoas se distribuem horizontalmente, a desobediência requer uma estrutura hierárquica e piramidal, onde exista um chefe para cada função e um supervisor em cada área, como também um único organismo em nível nacional que planeje, convoque e coordene a desobediência. O chefe não se impõe arbitrariamente, mas é eleito livremente com o consentimento da maioria. Mas, uma vez escolhido, deve ser respeitado o mando que lhe foi outorgado.

4. A desobediência deve ser pacífica, mas deve incorporar o **direito à legítima defesa**. A desobediência deve ser levada a cabo de forma pacífica, mas quando a sociedade civil é agredida arbitrária e injustamente, tem todo o direito de defender-se. Recomendamos que se retire em caso de ataques das corporações de segurança, sobretudo porque estas têm maior capacidade ofensiva. Mas, em troca, sugerimos defender-se das agressões dos grupos irregulares do oficialismo, sobretudo quando se tem superioridade de condições.

5. A desobediência deve ser não apenas civil, mas também **cidadã**. O Artigo 333 da Constituição estabelece que, se a Carta Magna for violada, “todo cidadão, investido ou não de autoridade, terá o dever de colaborar para o restabelecimento de sua efetiva vigência”. Isso significa que não apenas os civis estão obrigados a restaurar o estado de Direito, mas também todos os demais

cidadãos, fardados ou não.

6. A desobediência deve ser **oportuna**. A desobediência é dinâmica, constrói-se com o trabalho e o compromisso de todos, desenvolve-se com as contribuições de cada um. Para levá-la a efeito, primeiro devem-se cumprir as condições acima assinaladas. Depois pode-se fixar o dia, a hora e o mecanismo concreto da desobediência. Houve numerosas ocasiões que justificaram a aplicação do Artigo 350, como, por exemplo, a fraude cometida pelo oficialismo em 15 de agosto de 2004. Mas não estavam postas as condições para convocar a desobediência, uma vez que as pessoas não se haviam organizado. Daí a necessidade de organizar o quanto antes redes de desobediência em toda a Venezuela.

11. Diversas frentes com um único objetivo

Durante os últimos três anos, contados de 2002, o Regime conseguiu - com a cumplicidade dos políticos de oposição - orientar os esforços da sociedade civil para uma saída eleitoral, sabendo que, controlando todos os Poderes e praticando fraude, não seria possível derrotá-lo nessas circunstâncias.

Agora que a dissidência está plenamente consciente de que não existe uma solução eleitoral para a crise, o oficialismo criou diversas frentes para dispersar as energias da oposição e, assim, evitar que se concentrem em um único esquema de luta.

Os projetos educacionais, os decretos zamoranos²³, as invasões de terras, as normas para controlar a medicina privada, a Lei da Mordança e as demais iniciativas que vulneram a liberdade e a propriedade privada, têm por objetivo fazer com que cada setor lute isoladamente pelos assuntos que o afetam de maneira mais direta: os educadores, tratando de defender a educação privada e a autonomia das universidades, os pais evitando que doutrinem seus filhos, os proprietários de terras tratando de não perdê-las, os médicos defendendo seu direito ao trabalho, e assim por diante.

Todavia, não tem sentido desperdiçar energias para defender espaços privados porque, enquanto Chávez estiver governando, ninguém estará a salvo de seus atropelos, ainda que se obtenham vitórias ocasionais. Sirva de exemplo o Decreto 1.011, cuja aplicação pôde adiar por quatro anos as manifestações do setor educacional. Mas agora o Regime voltou com novas forças, para impor-se sob outra roupagem, depois de haver debilitado a sociedade civil em outras frentes.

Por isso, é preferível contra-atacar a estratégia governista de dispersão, concentrando os esforços de todos os setores em uma única ação de desobediência generalizada e simultânea que obrigue a saída do Regime, única maneira realista para resolver os problemas específicos de cada setor.

12. A aplicação generalizada do Artigo 350

O Regime faz crer que tem o respaldo majoritário tanto da população quanto das Forças Armadas Nacionais. Isso é obtido por uma astuta operação de pressão psicológica, típica da inteligência cubana, que se implementa basicamente através da propaganda. Entretanto, basta fazer umas poucas perguntas para derrubar o mito da superioridade numérica do oficialismo.

Se o Regime conta com a maioria, por que se vê obrigado a pagar a seus simpatizantes para que assistam às manifestações, e a contratar milhares de ônibus no interior para lotar as marchas que promove em Caracas? Por que se negou tantas vezes a permitir os vôos de helicópteros particulares sobre as marchas? Por que se negou a abrir as urnas para contar os votos do Referendo Revocatório e das Eleições Regionais de 2004? Por que utilizar recursos multimilionários provenientes dos cofres do Estado para comprar consciências por meio das Misiones²⁴? Por que gastar tanto em propaganda internacional para tentar fazer ver que o Regime tem respaldo?

Se a dissidência é tão esqualida, por que agredir com tanta violência as marchas da oposição? Por que inventar leis que proíbem as críticas a funcionários públicos, os painelaços, as guarimbas²⁵ e demais demonstrações de descontentamento? Por que a Lei da Mordaza?²⁶ Por que tornar impossível a vida daqueles que assinaram a Revocatória? Por que perseguir tão ferozmente os dirigentes opositores?

Se os militares estão todos com o Regime, por que criar uma Reserva à margem das instituições, ao invés de engrossar as fileiras das Forças Armadas Nacionais? Por que tomar tantas precauções para evitar um “golpe”? De onde saíram os militares que capturaram o guerrilheiro Rodrigo Granda²⁷? Por que tanta ferocidade para reprimir os militares dissidentes?

Dispersar a repressão do oficialismo

Como a dissidência é formada pela imensa maioria da população, é preciso elaborar uma estratégia para utilizar inteligentemente a superioridade numérica a fim de derrotar o Regime.

Até agora as manifestações opositoras têm sido planejadas segundo um esquema partidarista: reunir muita gente em um mesmo lugar, com apitos e cartazes, para demonstrar maior capacidade de mobilização, a qual - segundo a lógica dos partidos políticos - deveria traduzir-se em um triunfo eleitoral. O único problema é que o Regime trapaceia.

Ao concentrar todos os manifestantes em um único lugar, a direção

opositora facilitou as ações repressivas do oficialismo, uma vez que um grupo de militares ou de facínoras bem armados é capaz de dispersar milhares de pessoas desarmadas, como de fato ocorreu reiteradas vezes.

A desobediência generalizada, com base nos Artigos 333 e 350 da Constituição, funciona justamente de forma oposta. Consiste em dispersar ao máximo o protesto oposicionista, criando numerosos focos de desobediência nas principais cidades do país, para assim evitar que o Regime possa reprimi-los.

Ao invés de convocar uma marcha de um milhão de pessoas, por exemplo, ativa-se no mesmo dia e na mesma hora um protesto promovido por numerosos grupos bem estruturados, de cem a duzentas pessoas cada um, no qual cada um cumprirá uma função específica (ver o capítulo seguinte: Estrutura de um comitê de desobediência).

Trata-se de um protesto pacífico, mas com capacidade de exercer o direito universal da legítima defesa caso seja agredido por grupos irregulares do oficialismo, e de retirar-se rapidamente, sem oferecer resistência, caso seja reprimido pelas corporações de segurança.

Diferencia-se das *guarimbas* de fevereiro de 2004 porque aquelas foram relativamente poucas e a Coordenação Democrática ordenou seu desmantelamento em três dias. A desobediência, ao contrário, deve realizar-se de forma maciça e indefinida, até que caia o Regime.

O objetivo é forçar o oficialismo a recorrer não apenas aos militares que lhe são adeptos a impedir o protesto, como também as Forças Armadas Nacionais, o que provocaria uma ruptura interna, com base na negativa de seguir ordens ilegítimas.

Uma vez evidenciada a ruptura militar, os civis passariam à outra etapa, que consiste em dar todo o apoio material e político a um Conselho de Regência, cujas funções são descritas no capítulo 14.

13. Estrutura de um comitê de desobediência

A aplicação conjunta dos Artigos 333 e 350 requer uma organização hierárquica e piramidal muito distinta do esquema horizontal que se utiliza nas disputas eleitorais. Um comitê específico para levar a efeito a desobediência deve conter as seguintes funções:

Supervisor. Deve haver um supervisor em cada cidade, vila, bairro ou povoado. É eleito livremente pelos que desejarem participar da desobediência, mas, uma vez eleito, deve ser obedecido com disciplina. O supervisor opera com um grupo de colaboradores, composto pelos chefes das demais funções, conforme a seguir descritas.

Propaganda. Grupo encarregado, por seu respectivo chefe, de promover a desobediência com o uso de panfletos, palestras, reuniões, etc. O objetivo é captar voluntários que desejem participar da desobediência e imediatamente encaminhá-los ao grupo encarregado da organização.

Organização. Grupo encarregado, por seu respectivo chefe, de registrar e classificar os voluntários que tiverem sido contatados pelo grupo de propaganda. Depois que o setor de organização entrar em contato com os voluntários, será dada a eles uma palestra explicativa e, em seguida, identificadas as suas qualidades e afinidades, para então colocá-los nos diferentes grupos de trabalho.

Operações. É o grupo encarregado de realizar as ações de desobediência no dia e hora em que ela se der.

Legítima defesa. Grupo de cidadãos encarregado de defender os participantes do protesto contra os grupos irregulares do oficialismo.

Finanças e logística. É o grupo encarregado de recolher, distribuir e administrar os recursos necessários para que todos os demais grupos possam funcionar com qualidade e eficiência.

Serviços. Dependendo do tamanho e da localização onde opera o comitê, podem existir mais ou menos funções de serviços, entre as quais se destacam: primeiros socorros, serviços jurídicos, serviços de inteligência, de comunicações, etc.

Seção IV

Venezuela depois de Chávez

14. Estabilização política e social

A substituição do regime de Chávez não se dará pela via eleitoral, uma vez que o CNE²⁸ e o TSJ²⁹ não o permitiriam, mas sim por meio de uma ação de desobediência generalizada.

A Constituição não estabelece os mecanismos para substituir um governo que haja sido deposto pela aplicação do Artigo 350, mas considerando-se que os Poderes Públicos não são independentes, estando em mãos do oficialismo, entendemos necessário desconstituir todos eles e criar um Conselho de Regência transitório e provisório, formado por homens e mulheres capacitados, moral e intelectualmente, e que contem com a aprovação da população.

Depois de estabelecer um grande acordo nacional e uma trégua política, as principais responsabilidades desse Conselho seriam as seguintes:

Primeira, obter a independência e legitimação dos Poderes Públicos, por meio de uma consulta eleitoral.

Segunda, neutralizar os grupos irregulares do oficialismo - tanto nacionais quanto estrangeiros - que operam em nosso território, assim como as quadrilhas de fanáticos, para poder garantir um mínimo de estabilidade e de segurança aos cidadãos e que, por sua vez, garanta a paz e a governabilidade.

Terceira, revogar as decisões tomadas pelo atual Regime, que vulneram o estado de Direito e cerceiam as liberdades, e promover uma nova ordem legal, justa e confiável.

E **quarta**, restabelecer a harmonia entre os venezuelanos, rompida pelo ódio social e pela polarização política estimulados por Chávez, através de um projeto social de inclusão e integração, que abra os braços a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou credo político, sempre e quando não tenham eles cometido crimes e reneguem a luta armada como método de ação política.

Quanto ao plano internacional, a prioridade do novo governo será desfazer os acordos que o regime de Chávez celebrou com grupos guerrilheiros, com setores fundamentalistas e com governos marginais, e restabelecer as relações com os aliados históricos.

Por sua parte, a sociedade civil, que até há poucos anos era indiferente inclusive em questões de política, deverá assumir a responsabilidade de participar da criação de uma nova classe política, a fim de reconstruir a nação e evitar que maus governos, como os do passado, dêem origem a outro tirano.

15. Programa econômico de emergência

Chávez destruiu de tal forma os tecidos econômicos da nação, que a economia depois de Chávez terá as características de pós-guerra, com pobreza e fome galopantes. Por isso, é necessário elaborar um ambicioso plano de reconstrução como o desenvolvido na Europa logo após a Segunda Guerra Mundial, ou nos Estados Unidos após a Grande Depressão, baseado na construção de obras de infra-estrutura, no crescimento do setor agrícola e industrial, no desenvolvimento do turismo e no avanço científico e tecnológico.

De imediato, as providências devem ser as seguintes:

Primeira, assegurar a distribuição de alimentos, particularmente aos mais necessitados, a princípio mediante a importação, mas incentivando rapidamente a capacidade de produção alimentícia nacional, para suprir plenamente as necessidades internas e otimizar o uso das divisas, importando tecnologia, bens de capital, maquinário e outros recursos de maior proveito e rendimento econômico.

Segunda, gerar emprego de forma acelerada, inicialmente mediante simples trabalhos de mão-de-obra intensiva, mas fortalecendo rapidamente o setor privado, particularmente aquele que multiplica a capacidade produtiva da nação, para que se possa absorver mão-de-obra de forma generalizada.

Terceira, sanear e reativar a indústria petroleira, nela investindo não menos do que 10 milhões de dólares anuais durante os primeiros três anos, tanto com recursos nacionais como internacionais, para resgatar os níveis de produtividade existentes antes do governo de Chávez, inclusive melhorando-os quantitativa e qualitativamente.

E **quarta**, fazer da reconstrução do Estado Vargas um ponto de honra para os venezuelanos, construindo habitações e uma moderna indústria hoteleira, de turismo e de recreação, e protegendo seus habitantes de futuros deslizamentos mediante obras de drenagem, canalização e contenção.

A revista *Fuerza Productiva*, disponível na página eletrônica www.fuerzasolidaria.org, contém algumas propostas adicionais sobre como desenvolver um programa econômico de longo prazo, baseado nas experiências exitosas dos Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Seção V

Conclusão

16. Reflexões finais

Depois de haver chegado até este capítulo, talvez o leitor se pergunte qual é o sentido da luta que nós, venezuelanos, temos travado até agora, depois de tantos esforços e desenganos.

Pois bem. Depende do que façamos de agora em diante: se ter tido um presidente como Chávez serviu para identificar e impedir o acesso a futuros dirigentes como ele; se esta experiência serviu para rechaçar para sempre a cosmovisão marxista; se estes anos de luta permitiram desmascarar os maus políticos, sejam governistas, sejam de oposição; se estamos dispostos a criar uma nova classe política, formada pelos mais capacitados moral e intelectualmente; se assumimos o compromisso de desenvolver e industrializar nosso país, para que todos os venezuelanos tenham acesso, através de seu próprio esforço, a uma vida digna; e, enfim, se aprendemos a amar mais a nossa pátria, então tudo terá valido a pena.

As nações são como as pessoas: passam por uma infância, depois por uma adolescência e, finalmente, chegam à maturidade. Através do tempo, as nações, assim como as pessoas, vão se civilizando e alcançando sua personalidade definitiva, não sem antes experimentarem todo tipo de desafios e de problemas.

O que nos ocorreu nestes anos deve ser interpretado historicamente como uma crise da adolescência, uma sacudida para desfazermos dos aspectos mais negativos do passado a fim de alcançarmos uma maturidade amorosa e frutífera, cônsona com nossa identidade nacional.

Venezuelano! Depois de tantos fracassos e desilusões, compreendemos que muitos se sintam abatidos e sem disposição para empreender outro esforço. Mas queremos assegurar-te que nos encontramos no final de um túnel escuro, em cuja saída nos espera um futuro maravilhoso e promissor.

Convidamos-te a trabalhar de maneira confiante, alegre e diligente para tornar realidade a proposta contemplada neste livro. Se te animas a fazê-lo, não prometemos um caminho fácil, mas sim o triunfo definitivo ao final do percurso.

De minha parte, comprometo-me a continuar tentando de tudo, dentro dos parâmetros da Constituição, para libertar a nossa queridíssima Venezuela e fazer dela uma grande nação. Até agora não pude ser mais bem-sucedido porque as calúnias que meus inimigos propagaram, as quais serão expostas no próximo capítulo, obstaram o meu trabalho. Mas espero que o conteúdo e a divulgação deste livro mudem as circunstâncias e tragam novos elementos para alcançar o

êxito.

17. Calunie, porque algo fica

Calunie, calunie, que algo ficará – Voltaire

Colocar o nome de Alejandro Peña Esclusa em qualquer buscador da Internet e dar um “clique” constitui uma experiência interessante, porque aparecem centenas de páginas onde se dizem as coisas mais estapafúrdias e, ao mesmo tempo, contraditórias.

A página chavista Aporrea, por exemplo, traz um artigo intitulado *¿De donde viene Alejandro Peña Esclusa?* (De onde vem Alejandro Peña Esclusa?), disponível no link eletrônico <http://www.aporrea.org/dameletra.php?docid=10380>

Segundo esse artigo, “na década de oitenta, Peña Esclusa iniciou uma cumplicidade perfeita com o aparelho da CIA, e que mantém até o momento”. Mais adiante, diz que “Peña Esclusa faz parte do grupo de captação de agentes para a extrema direita internacional, que encobre suas atuações sob a fachada de uma organização religiosa conhecida como Tradição, Família e Propriedade (TFP)” e acrescenta que “existem sérios indícios de que grande parte do financiamento do movimento *skin heads* internacional drenou seus recursos para o grupo neonazista venezuelano Nova Ordem por meio do trabalho oculto de Peña Esclusa”. Finalmente, diz que “Alejandro Peña Esclusa, ex-membro da TFP, tentou assassinar João Paulo II na Venezuela, em 1984”.

A chamada Rede Voltaire³⁰ é ainda mais imaginativa, porque um de seus jornalistas, o mexicano Ernesto Navarro, dá detalhes minuciosos da suposta tentativa de Peña Esclusa de matar o Papa, assim como de sua pretensa detenção por parte de um comando policial composto de “30 homens com armas grandes e pequenas”.

É revelador que, apesar da gravidade do suposto crime, não existam registros de que tenha havido tal detenção, nem tribunal algum que tenha conhecido o caso. Como se tal não bastasse, Navarro acrescenta que “Peña Esclusa é o porta-voz, na Venezuela, de um movimento anti-semita” (<http://www.redvoltaire.net/article1711.html>).

Em 21 de janeiro de 2001, na primeira página do jornal *El Nacional*, o então Ministro da Educação acusou Peña Esclusa de ser “militante da Ku Klux Klan e da ultra-direita”.

Poder-se-ia continuar pesquisando e descobrindo as mais inverossímeis e descabidas acusações, que incluem a realização de atos terroristas em toda a

América Latina e o controle sobre numerosas organizações nacionais e internacionais. Na verdade, não conheço nenhum venezuelano ao qual se tenha atribuído tantas aventuras e peripécias.

Mas o mais impressionante é que ninguém jamais apresentou prova alguma de tais afirmações, não há registros policiais sobre esses fatos, nem processos judiciais. São meras afirmativas repetidas mil vezes, ao pior estilo do Ministro da Propaganda nazista, Joseph Goebbels.

Nunca fiz parte da TFP, não sou anti-semita, não entendo de armas nem participei de atos violentos, jamais fui condenado por algum ato punível, nem sequer tive um cargo público. Embora tenha mantido posições públicas firmes, sou simplesmente um profissional universitário, esposo e pai de três filhas, dedicado ao meu país, ao trabalho, à família, aos livros e ao esporte. Assim sendo, por que circulam tantas calúnias contra mim?

Origem das calúnias

Nos anos oitenta, no começo da crise econômica que então se esboçava, descobri finalmente minha vocação. Renunciei a uma exitosa atividade empresarial e desportiva, da qual muitos podem dar testemunho, para dedicar-me à política.

Para incorporar-me a esse mundo, desconhecido para mim, no ano de 1984 investiguei o pensamento e as doutrinas dos principais partidos políticos do país, com o propósito de inscrever-me em algum, mas nenhum deles chamou minha atenção, sobretudo pelo vazio intelectual e pelo pragmatismo que prevalecia então, e que lamentavelmente ainda prevalece.

Por casualidade, entrei em contato com a organização política do norte-americano Lyndon LaRouche, que despertou meu interesse porque, diferentemente dos partidos políticos, pelo menos tinha uma plataforma ideológica e programática.

Jovem e inexperiente, não pude detectar naquela época muitos dos graves erros que pude identificar com o correr dos anos, e assim decidi estabelecer um vínculo de amizade que durou até 1995, ano em que rompi definitivamente com LaRouche.

Aconteceu comigo o que acontece com muitos jovens políticos, que percorrem diversos caminhos antes de encontrar seu caminho definitivo. Mas, no meu caso, foram ao menos incursões de cunho exclusivamente intelectual. Não matei ninguém, não roubei bancos, não participei de atos terroristas, como fizeram muitos políticos de esquerda que agora são considerados homens notáveis.

Em 1985, colaborei com a distribuição de um livro escrito pela editora de

LaRouche, *Executive Intelligence Review* (EIR), intitulado *Narcotráfico S.A.*, onde se menciona Gustavo Cisneros³¹. Embora eu não tenha participado da elaboração do livro, desde então fui objeto de uma campanha de difamação, de sérias ameaças de morte, de tentativas de suborno e de uma rigorosa censura por parte de importantes meios de comunicação.

Quando Chávez chegou ao poder, em 1998, o aparato de propaganda governamental tomou as calúnias existentes desde 1985 e divulgou-as em sua máxima potência, sobretudo através dos meios de comunicação do Estado e das redes comunistas da Internet.

Chama a atenção que nenhuma das acusações são as que comumente se atribuem aos políticos: “ladrão, corrupto, populista, bêbado”. São, todas, denúncias inconsistentes e inverossímeis.

Cheguei à conclusão de que, após muito averiguar, meus poderosos adversários não puderam encontrar nenhuma irregularidade, nem em minha vida pública, nem na particular, razão por que tiveram que recorrer às mais estapafúrdias invenções com o objetivo de infundir medo e desconfiança em minha pessoa e, assim, limitar minha atuação política.

É muito fácil, todavia, saber como penso e o que me motiva: basta ler meus próprios escritos, muitos deles disponíveis na página da web www.fuerzasolidaria.org, ou falar com as pessoas que me conhecem de perto. Graças a esses amigos afetuosos pude manter a luta, apesar de todos os obstáculos.

Seção VI

Anexos

18. “Meu objetivo é evitar a guerra civil”

A seguir, o discurso pronunciado no Conselho Supremo Eleitoral por ocasião da inscrição de minha candidatura à Presidência da República (25 de julho de 1998).

Estão dadas as condições para que estoure uma guerra civil em nosso país, uma guerra cruenta e prolongada, muito pior que a Guerra Federal de 1858³². O principal objetivo de minha candidatura à Presidência da República é evitar esta tragédia. As causas são as seguintes:

Temos um país rico, cheio de recursos naturais, mas uma classe dirigente que não os utilizou em prol da nação. Quarenta anos de suposta democracia, com lucros multibilionários, resultaram em um verdadeiro fiasco: há uma classe minúscula, rica e poderosa, que desfruta de todas as comodidades e sinecuras, enquanto que oitenta e cinco por cento dos venezuelanos vivem na pobreza.

Por outro lado, estão na Venezuela os agentes de Fidel Castro e da narcoguerrilha colombiana. São pessoas perversas e cheias de ódio, que querem tomar o poder a quem lhes dê tal chance, não para resolver os problemas nacionais, mas sim para levar vantagem com eles. Estão participando do processo eleitoral sem acreditar nele, utilizando-o como cortina de fumaça para encobrir seus planos nefastos. Estão enganando os venezuelanos, especialmente os mais pobres, captando o descontentamento popular e orientando-o para a subversão e a violência. Por isso constituíram uma frente militar armada e pretendem promover uma insurreição cívico-militar.

Finalmente, como terceira causa, está a crise financeira internacional, a maior dos últimos séculos. Vemos apenas seus primeiros sintomas na Rússia, no Japão e nos países do Sudeste Asiático, mas muito em breve se agravará, estendendo-se ao resto do planeta. O declínio da demanda petroleira e dos preços do óleo bruto é a consequência imediata. Mas nas próximas semanas, em pleno processo eleitoral, a crise se aprofundará e afetará nosso país com toda virulência, afetando ainda mais nossa já golpeada economia nacional.

Uma crise econômica nacional e internacional em grande escala, uma direção política incapaz de enfrentá-la, um povo cansado da injustiça e do engano, e uns facínoras que pretendem tomar o poder pela via das armas: esta é a combinação que nos levará à guerra civil. E, como eu disse antes, o objetivo principal de minha candidatura é tratar de evitá-la.

Como evitar a guerra civil

Durante a campanha eleitoral, vou me dedicar, em primeiro lugar, a enfrentar a crise econômica, apresentando um plano de desenvolvimento nacional. Meu Programa de Governo contempla cinco grandes projetos: a construção da ferrovia nacional, a ampliação de cinco milhões de novos hectares para a agricultura, a duplicação da capacidade de geração de energia elétrica, a formação de empórios industriais e a construção de novas cidades. Estas grandes obras gerariam pleno emprego e criariam as condições para que todo venezuelano tenha alimento, vestimenta, habitação, saúde, educação e serviços. Evidentemente, é impossível realizar este plano sob os ditames do Fundo Monetário Internacional.

Em segundo lugar, irei desmascarar o candidato de Fidel Castro e da narcoguerrilha colombiana, Hugo Chávez Frías, a fim de evitar que ele tenha força para levar-nos a uma guerra civil. Os venezuelanos lhe deram seu apoio porque estão abatidos e não acreditam que haja outra solução não-violenta. E, na verdade, esse é o problema de fundo, estamos abatidos porque não temos nossa identidade histórica. Esquecemo-nos do que somos, e pensamos, equivocadamente, que somos pouca coisa, que não valem nada.

Ainda durante a minha campanha me dedicarei, em terceiro lugar, a devolver aos venezuelanos nossa identidade histórica. “Venezuela, Terra de Bênçãos”, esse será meu lema. “Venezuela, país de Libertadores”. Venezuela, país bendito, beleza sem igual, com seus habitantes generosos, valorosos, alegres, afetuosos.

“Venezuela, Terra de Bênçãos”. Assim que recuperarmos nossa identidade histórica, nada poderá nos atingir, nada poderá nos deter. Há duzentos anos tivemos um importante papel entre as nações do mundo. É hora de recuperar esse papel.

19. Julgamento por traição à Pátria

Em 27 de julho de 2000, dei entrada, na Fiscalía General³³, a um requerimento de julgamento de Chávez por traição à Pátria, por seus vínculos com a guerrilha colombiana. Abaixo, o texto completo do requerimento.

Eu, Alejandro Peña Esclusa, engenheiro, venezuelano, maior de idade e titular da cédula de identidade nº 3.753.933, em cumprimento à Constituição da República Bolivariana de Venezuela, do dever que nos obriga, a todos os venezuelanos, a honrar e a defender a pátria, seus símbolos, valores culturais, resguardar e proteger a soberania, a nacionalidade, a integridade territorial, a autodeterminação e os interesses da Nação, segundo reza o artigo 130 desta nossa Carta Magna, e também ao artigo 322 do nosso mencionado documento máximo, que indica que “A segurança da Nação é competência essencial e responsabilidade do Estado ... e sua defesa é responsabilidade dos venezuelaos e venezuelanas... que se encontrem no espaço geográfico nacional”, venho requerer a esse digno órgão e a Vossa Excelência, como venezuelano que tem os deveres antes mencionados, para que investigue, que instaure um processo e que chegue até as conseqüências que a legislação determina a respeito dos fatos que nos preocupam como venezuelanos e que a seguir se expõem:

1. A entrega de dinheiro do governo (povo) venezuelano à guerrilha colombiana (denúncias do ex-diretor da Disip, Jesús Urdaneta Hernández).
2. Posição de neutralidade e oferecimento de asilo a um inimigo da Pátria.
3. Pertencer à mesma organização à que pertence um inimigo da Pátria (Foro de São Paulo).
4. Armas venezuelanas apreendidas na guerrilha.
5. Declaração de mudança de atitude do Presidente da República com relação à guerrilha, admitindo implicitamente que até o momento era amigável, quando ela deveria ser sempre ofensiva frente a um inimigo declarado.

Dos fatos alarmantes

Segundo informação publicada no jornal *El Universal* em 13 de junho passado, o ex-diretor da Disip, comandante Jesús Urdaneta Hernández, denunciou ter recebido a ordem, por parte do Governo, de entregar à guerrilha colombiana 300 mil dólares provenientes do patrimônio nacional, acrescentando que “o Primeiro Mandatário é a favor da guerrilha e sempre quis lhe oferecer armamento”. A comprovar-se a veracidade dessas declarações, trata-se de um fato sumamente grave, máxime porque aquela guerrilha é inimiga do povo venezuelano, o qual vem

se valendo das vias de fato quando os subversivos colombianos assassinam, seqüestram e esbulham os venezuelanos, e também da via legal, uma vez que a Venezuela mantém ativados “Teatros de Operações” militares na fronteira com a Colômbia, cuja função é principalmente a de combater a guerrilha naquela área do território nacional, o que se evidencia das declarações divulgadas pela imprensa nacional em 19 de janeiro de 1997 pelo então Ministro da Defesa, general Pedro Nicolás Valencia Vivas, por ocasião do anúncio da criação do Teatro de Operações número 2, a fim de responder ao angustiante reclamo da sociedade tachirense³⁴ ante a onda de seqüestros e a proliferação de outros delitos cometidos pela guerrilha colombiana. Naquela oportunidade, o ministro Valencia Vivas especificou que este Teatro de Operações estaria sob um regime jurídico especial, aplicado por um tribunal militar, o que não deixa margem a dúvidas de que a guerrilha colombiana é um inimigo da nossa Pátria, que estamos em estado de guerra contra ela, e que devemos estar atualmente em guerra, uma vez que os Teatros de Operações continuam ativos e vigentes.

De acordo com a informação publicada pelo jornal *El Nacional* em 23 de fevereiro de 1999, intitulada “Chávez oferece asilo a guerrilheiros colombianos”, o Presidente da República declarou: “se for capturado um soldado colombiano em qualquer condição, ferido ou não, nós o atenderemos. Se for capturado um guerrilheiro colombiano, faremos o mesmo, porque trata-se de um combatente em um conflito interno, no qual nós somos neutros”. Esta declaração é grave e contraria o interesse nacional, uma vez que o Presidente oferece asilo em nosso território a um inimigo, nas mesmas condições que ao soldado amigo, declarando-se, ademais, neutro em relação ao conflito entre a guerrilha e o governo colombiano, quando está claro que a guerrilha é inimiga de nossa Pátria, como restou exposto acima.

Segundo nota da Associated Press (AP), publicada nos jornais de circulação nacional, como *El Nuevo País*, em 30 de maio de 1995, Hugo Chávez associou-se a uma organização denominada “Foro de São Paulo”, à qual também pertencem, entre outras organizações, o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Essa informação foi confirmada pelo dirigente do ELN, Pablo Beltrán, em entrevista levada ao ar em 17 de novembro de 1999 pelo canal de televisão Globovisión, em que afirmou que tanto o ELN quanto o Presidente Chávez fazem parte do Foro de São Paulo e que se reúnem periodicamente para “trocar opiniões”. O líder das FARC, Raúl Reyes, por sua vez, afirmou, em debate com jornalistas realizado em Caracas em junho último, que ele e o Presidente Chávez se encontraram em uma reunião do Foro de São Paulo ocorrida em El Salvador.

Em 11 de julho de 2000, o comandante das Forças Militares Colombianas, general Fernando Tapias, exibiu nos meios de comunicação um impressionante arsenal de armas de guerra apreendidas da guerrilha colombiana. As armas apresentavam o escudo das Forças Armadas da Venezuela. É de se presumir que, se essas armas foram apreendidas em uma única incursão militar efetuada contra a guerrilha, existem muitas mais ainda em poder dos subversivos colombianos. Em 21 de julho de 2000, segundo informação publicada no *El Universal*, o Presidente Chávez advertiu que “fechará as portas à guerrilha colombiana se for demonstrada a sua participação no seqüestro de Richard Boulton³⁵”. Isso quer dizer que até aquele momento o Presidente não lhe dava o tratamento de inimiga. Uma vez mais, o Presidente manifesta um comportamento contrário ao interesse nacional ao tratar amigavelmente os que, como acima exposto, são inimigos declarados da Pátria.

Do Direito

Com base na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, em seus artigos: 130, referente ao dever dos venezuelanos de honrar e defender a pátria; 322, que estabelece que, sendo a segurança nacional de competência do Estado, sua defesa é de responsabilidade dos venezuelanos e venezuelanas; 285, § 5º, referente à competência do Ministério Público para intentar as ações cabíveis para tornar efetiva a responsabilidade civil, laboral, militar, penal, administrativa ou disciplinar em que houverem incorrido os funcionários ou funcionárias do setor público, no exercício de suas funções, socorremo-nos da autoridade de Vossa Excelência para que proceda a essa investigação e, encontrando provas suficientes, ofereça a respectiva denúncia perante os Tribunais competentes da Nação.

Diante dos fatos antes expostos, o artigo 232 da nossa Constituição estabelece a responsabilidade pelos atos do Presidente da República, a obrigação de assegurar os direitos e garantias de direitos e liberdades dos venezuelanos, assim como a independência, a integridade, a soberania do território e a defesa da República. Em outras palavras, as alegações que motivam este requerimento referem-se aos deveres que o Presidente da República está obrigado a cumprir.

O artigo 327 de nossa Constituição Nacional vigente estabelece a atenção prioritária das fronteiras e a aplicação dos princípios de segurança da Nação. Igualmente, a Constituição estabelece que a Justiça Penal Militar é parte integrante do Poder Judiciário e que sua competência limita-se aos delitos de natureza militar, sendo que seu âmbito de competência, organização e modalidades de funcionamento se regerão pelo sistema acusatório e de acordo com o Código Orgânico da Justiça Militar.

Em nossa legislação encontra-se em vigor o Código de Justiça Militar que, em seu artigo 11, assim se expressa: “As investigações das origens e demais circunstâncias das infrações militares e seu procedimento são obrigatórias e imprescindíveis”. Igualmente, esse Código, em seu artigo 6º, estatui que “Ninguém pode ser condenado militarmente senão pelos feitos qualificados e apenados por este Código...”. E, com relação aos procedimentos pelos delitos estabelecidos nesse Código, seu artigo 22 afirma que “Os procedimentos nos julgamentos militares são ordinários ou extraordinários, segundo sejam realizados em tempo de paz ou em estado de guerra ou de suspensão de garantias”.

Quanto ao estado de guerra, o artigo 56 do Código de Justiça Militar estabelece: “Entender-se-á que haja estado de guerra, para os efeitos deste Título e do Título VIII: Quando haja sido declarada; Quando a guerra exista de fato, ainda que não seja precedida de declaração oficial de guerra”.

Em nosso país existe uma “guerra de fato”, uma vez que foram criadas zonas denominadas Teatros de Operações militares, os quais se instalaram com base na existência de uma situação de perigo iminente e constante de uma região por contínuos ataques de um inimigo. Esta é a doutrina comumente aceita em nossos tribunais, pois que aqueles delitos que somente podem ser cometidos em uma situação de guerra também poderão ser enquadrados como tais quando cometidos por um inimigo declarado nesses Teatros de Operações militares.

Segundo o artigo 123 do Código de Justiça Militar, a competência militar no território venezuelano compreende, entre outras, as infrações militares cometidas por militares ou civis e todos os casos de infração penal que este Código determine.

O mesmo Código, em seu artigo 464, números 1, 2, 15, 18 e 20, expõe os delitos que são considerados como de traição da Pátria e enquadrados na presente denúncia:

1. “Fazer parte das forças do inimigo”. De acordo com o exposto com relação aos fatos, o Presidente Chávez pertenceria à mesma organização a que também pertencem as FARC e o ELN (Foro de São Paulo).

2. “Facilitar ao inimigo externo a entrada na República ou, por qualquer meio, o avanço de suas armas”. Segundo o exposto com relação aos fatos, o Presidente Chávez ofereceu asilo e proteção aos guerrilheiros colombianos, o que significa, efetivamente, “facilitar ao inimigo externo a entrada na República”.

15. “Divulgar notícias que infundam pânico, abatimento ou desordem nos navios e nos quartéis, mesmo que verdadeiras, quando estas forem classificadas

como reservadas, ou que tendam a fomentar a dispersão das tropas frente ao inimigo, ou executar qualquer ato que possa produzir iguais conseqüências”. Quando o Presidente Chávez declarou que “fechará as portas à guerrilha”, deixou implícito que até aquele momento mantinha uma atitude amigável, o que gera confusão e abatimento nas tropas venezuelanas que lutam e oferecem sua vida nos Teatros de Operações criados precisamente para combater a subversão colombiana.

18. “Servir de espião para o inimigo, ou ocultar, fazer ocultar ou pôr a salvo um espião ou agente inimigo, se for conhecida essa sua condição”. Dar asilo a um guerrilheiro colombiano, como ofereceu publicamente o Presidente Chávez, significa, em síntese, “pôr a salvo um agente inimigo”.

20. “Proporcionar ao inimigo meios de hostilizar a Nação ou reduzir os meios de defesa desta”. Tal como se expôs com relação aos fatos, o comandante Urdaneta denunciou que lhe havia sido ordenada a entrega de recursos financeiros à guerrilha e, adicionalmente, que o Presidente Chávez “sempre quis fornecer armas aos subversivos colombianos”, o que, a comprovar-se a veracidade da denúncia, seria justamente “proporcionar ao inimigo meios de hostilizar a Nação”. Nesse contexto, cabe investigar a procedência do arsenal de armas venezuelanas apreendidas na guerrilha da Colômbia.

Por todo o exposto é que requeremos que se proceda à investigação, à instauração de processo e ao respectivo julgamento perante os Tribunais competentes.

É Justiça que requeiro, em Caracas, aos vinte e sete dias do mês de julho de 2000.

20. Jimmy Carter - Mediador neutro?

Há três anos, escrevi um artigo para advertir sobre o perigo de aceitar-se Carter como mediador da crise venezuelana, embora os dirigentes da Coordenação Democrática tenham convalidado sua participação. A seguir, o texto publicado pelo Colombia Analítica em 10 de junho de 2002

(<http://colombia.analitica.com/hispanica/9228315.asp>).

O governo de Chávez jamais promoveu um diálogo sincero, nem aceitou mediações de nenhuma espécie. Entretanto, José Vicente Rangel³⁶ convidou Jimmy Carter para mediar a crise venezuelana. Por quê?

Apesar de ter sido o Primeiro Mandatário dos Estados Unidos, Carter não representa o sentimento dos norte-americanos. Ao contrário, há muitos anos Carter vem dando mostras de tolerância e simpatia por governos totalitários, de viés comunista.

Segundo denunciou a revista *National Review* em sua edição de 20 de maio de 2002, Jimmy Carter elogiou o ditador romeno Nicolás Ceaucescu: “Nossas metas são as mesmas: ter um sistema político e econômico justo ... ambos cremos no patrocínio dos direitos humanos”, disse.

No que tange ao déspota norte-coreano Kim Il Sung, Carter afirmou: “Entendo que ele é vigoroso e inteligente, surpreendentemente bem informado sobre os assuntos técnicos, além de ter o controle das decisões do país”, elogiando aspectos de seu sistema de governo e o suposto desenvolvimento econômico do país.

Quanto ao Irã, Carter favoreceu a instalação do regime fundamentalista do Ayatolah Khomeini.

Em 1997, por meio de um artigo publicado no *New York Times*, Carter justificou a repressão exercida pelo governo comunista chinês contra os dissidentes, alegando que isso era necessário para manter a unidade da nação.

Com relação a Fidel Castro, Carter sempre manteve uma conduta complacente e amistosa, inclusive quando critica o sistema cubano. Por isso, os discursos de Carter, como o que ele pronunciou em sua viagem a Cuba na semana passada, são publicados no *Granma*, único jornal da ilha, controlado pelo Partido Comunista. A viagem foi paga pela Fundação Ford, a mesma que, segundo a agência de informações Cubdest, financiou reuniões do Foro Social Mundial, organismo que apóia Fidel Castro, o Foro de São Paulo e a guerrilha colombiana, e da qual faz parte o jornalista Ignacio Ramonet, extremado defensor de Chávez.

Carter proferiu frases de elogio a seu amigo Daniel Ortega, chefe dos sandinistas nicaragüenses e membro do Foro de São Paulo.

Como se tudo isso não bastasse, durante o governo de Carter o consumo de drogas se multiplicou consideravelmente, graças à complacente política de sua administração. De fato, com Carter no comando, a própria Casa Branca estimulou a legalização da maconha e da cocaína, o que em parte foi alcançado: em onze estados da União Americana o consumo de maconha deixou de ser um crime. Dezoito meses depois, no estado de Nova Iorque, o consumo da erva nas escolas secundárias aumentou 300 por cento.

Recentemente, nós, venezuelanos, tivemos uma experiência desagradável com o ex-presidente norte-americano: apesar de todas as irregularidades detectadas nas eleições presidenciais de 2000 (megafraude do 28)³⁷, Carter decidiu legitimá-las, chancelando a vitória de Chávez.

A última vez que José Vicente Rangel trouxe alguém do exterior, foi Hebe de Bonafini, comunista argentina que veio elogiar os assassinos de ponte Llaguno³⁸. Agora Rangel deseja que Carter venha à Venezuela, não mais na qualidade de mediador neutro, mas sim para avalizar o Assassino de Miraflores³⁹.

21. Militares! Ação já!

Em 20 de setembro de 2002, a Associação Civil Força Solidária convocou uma vigília denominada “Militares: Ação Já!”, com o objetivo de “inspirar as Forças Armadas Nacionais a intervir para proteger a sociedade civil, restabelecer o vínculo constitucional, rompido pelo Governo, e depor os assassinos do 11A⁴⁰”. A seguir, o texto da convocatória.

Não importa que procedimento “institucional” se use para resolver a crise política (referendo, processo judicial, emenda constitucional, acordo legislativo ou outros), o Governo exercerá a violência para evitar a saída de Chávez. Para isso conta com milhares de homens armados em todo o país, respaldados por guerrilheiros colombianos e agentes cubanos. Quanto mais tarde eles forem enfrentados, pior será, pois que o chavismo usará esse tempo para recrutar mais homens e adquirir armamento adicional.

É impossível para a Oposição - ainda que formada pela grande maioria dos venezuelanos - enfrentar, sozinha, os círculos paramilitares, porque ela não está preparada para isso e nem é essa a sua função. Essa é uma responsabilidade exclusiva das Forças Armadas.

A ação imediata das Forças Armadas não constitui um golpe de Estado. Ao contrário, segundo o artigo 350 da Constituição, as Forças Armadas Nacionais são obrigadas a intervir para restabelecer o vínculo constitucional, rompido muitas vezes pelo Governo, sobretudo em 11 de abril, quando cometeu crimes contra a humanidade.

A vigília terá, entre seus objetivos, fazer ver a necessidade impostergável da intervenção das Forças Armadas na solução da crise política. Será um protesto de cidadania, pacífico, onde ilustres oradores exporão os fundamentos constitucionais e legais de uma intervenção militar, assim como as terríveis conseqüências se continuarmos retardando a sua participação.

22. Ordene a Chávez que renuncie!

A seguir, a carta aberta a Fidel Castro, publicada como matéria paga em 6 de outubro de 2002, na página D-3 do El Nacional.

Senhor **Fidel Castro Ruz**

Sua intenção de apoderar-se da Venezuela por meio de Hugo Chávez fracassou. O povo venezuelano, pelos princípios que o caracterizam e por sua identidade histórica, repele profundamente o modelo comunista que o Senhor impôs em Cuba, e não permitirá que Chávez o ponha em prática em nosso país.

O povo venezuelano está decidido a praticar um ato heróico, que será lembrado pelas futuras gerações: uma ação multitudinária de desobediência civil, com apoio militar, que fará cair por terra o regime de Chávez.

Se o senhor resistir ao peso ineludível da realidade e ordenar a Chávez que lance uma ofensiva armada com seus círculos paramilitares para tentar manter seu pupilo no poder, isso não irá alterar o resultado final. Ao contrário, será pior para ele e para o senhor, uma vez que o povo venezuelano lhes cobrará o derramamento desnecessário de sangue inocente. Mas se o senhor ordenar-lhe que renuncie, ele sem dúvida o fará e ambos pouparão retaliações futuras.

Não creia o senhor que uma possível vitória eleitoral no Brasil, de seu sócio Lula da Silva, altere o acima exposto. Primeiro, porque o curso dos acontecimentos na Venezuela já é irrefreável. E segundo, porque seu modelo comunista é inaplicável em qualquer uma das democracias latino-americanas.

Os venezuelanos responsabilizam o senhor por muitas intervenções inaceitáveis, desde as tentativas de apoderar-se do nosso país durante os anos 60, através da guerrilha marxista, até a violência política atual, que inclui o massacre de 11 de abril último. Também o responsabilizam de haver se apropriado de vultosos recursos do Estado venezuelano - facilitados por Chávez - para financiar a expansão internacional de seu projeto político, em detrimento das urgentes necessidades nacionais.

Apesar de tudo, o povo venezuelano, de coração grande e generoso, até agora não agiu contra o senhor. Todavia, não lhe perdoará uma nova e injustificada intenção de promover o confronto entre irmãos, e reagirá com firmeza e determinação para acabar com a ameaça que o senhor e seu regime significam para todo o continente americano.

Fidel Castro: Ordene a Chávez que renuncie!

Alejandro Peña Esclusa

23. O pós-modernismo e a paralisia da sociedade

Este capítulo reproduz extratos de um artigo publicado em novembro de 2000 na revista Fuerza Productiva. Está baseado quase todo no livro A Era do Vazio, de Lipovetsky, 1990, Editora Anagrama, Barcelona, Espanha.

Apesar de a fatura pretroleira, utilizada durante décadas com critério de rentabilidade, ter ocasionado graves danos à mentalidade do venezuelano, não é ela a causa principal da paralisia, mas sim a influência destrutiva de certas correntes filosóficas e culturais, particularmente a que é conhecida pelo nome de pós-modernismo ou pós-modernidade.

O pós-modernismo é uma corrente caracterizada pelo individualismo exacerbado e pelo hedonismo que, desde os anos vinte, e maciçamente promovido através das artes plásticas, da poesia, da literatura, da música, do cinema e da televisão, converteu-se em padrão geral de conduta no mundo inteiro.

Ele se manifesta como um culto à liberação individual, que rechaça toda forma de coação e limitação - justificada ou não - à autonomia privada. Ou, mais simplesmente, o triunfo do egoísmo como paradigma de comportamento.

O pós-modernismo não aceita autoridade alguma, nem divina nem humana, muito menos verdades universais imutáveis, dando ensejo a novos valores que apontam a livre exibição da personalidade íntima, a legitimação do prazer e, por incrível que pareça, o amoldamento das instituições com base nas aspirações pessoais dos indivíduos. É, sem dúvida, a manifestação última e radical da ideologia individualista.

A angústia do perigo nuclear, as ameaças de guerra, o terrorismo, a subversão, os problemas econômicos insolúveis e o clima de pessimismo e de catástrofe iminente, ampliados pelo cinema e pela televisão através de filmes de morte e de violência extrema, provocaram uma crise de confiança, inclusive nos líderes políticos, e geraram um retrocesso na atualidade. Apenas a esfera privada parece sair vitoriosa desse maremoto: “mais vale gozar ao máximo hoje” - diz-se - “porque não sabemos se amanhã poderemos desfrutar”.

Viver o presente, só no presente e não em função do passado e do futuro: “Vivemos para nós mesmos, sem nos preocuparmos com nossas tradições e com nossa posteridade: o sentido histórico foi esquecido, da mesma maneira como os valores e as instituições” (citação do livro de Lipovetsky).

Manifestações do pós-modernismo

Um dos traços sociais e culturais mais significativos do pós-modernismo é viver livremente, sem repressões, escolhendo por completo o modo de existência de cada um. Lamentavelmente, ainda que nem todos o exerçam, inclui-se aí o “direito” de assumir comportamentos patológicos, como a liberação dos costumes e da sexualidade, o aborto, o uso de substâncias psicotrópicas, etc.

Mas, embora se reafirmem todos os “direitos” do indivíduo, paralelamente se conspurca abertamente o da espécie. O pós-modernismo rechaça o predomínio tradicional - bíblico, mesmo - do ser humano sobre o resto da natureza.

Apesar de estarmos de acordo em deter a preocupante deterioração da natureza, atualmente são investidos muito mais recursos e energias em defender as espécies animais em perigo de extinção e em proteger o ecossistema do que em salvar os milhões de seres humanos que anualmente morrem no ventre de suas mães ou de fome nos bairros pobres. De fato, responsabiliza-se o homem e a tecnologia pela destruição da “mãe terra”, considerada uma divindade.

Outra das características da pós-modernidade é a democratização sem precedentes. Todas as opiniões, provenham ou não de peritos no assunto, são consideradas iguais e de mesmo peso específico, porque o importante não é a busca da verdade (já que, segundo o pós-modernismo, ela não existe), mas sim a possibilidade de expressar-se livremente.

“Cada qual é incitado a chamar a central telefônica de um programa de rádio, a fim de dizer algo a partir de sua própria experiência íntima, porque todos podemos nos fazer de locutores e sermos ouvidos. Mas é como as numerosas pichações nos muros urbanos: quanto maiores são os meio de expressão, quanto mais subjetividade, mais anônimo e vazio é o efeito. Paradoxo reforçado ainda mais pelo fato de que ninguém, no fundo, está interessado por essa profusão de expressão, com uma importante exceção: o próprio emissor” (Lipovetsky).

Isso nos leva a outro traço característico do pós-modernismo: a indiferença, absoluta e descarada, sem que acarrete nenhum sentimento de culpa. Se Nietzsche proclamava que “Deus está morto”, mas em meio a uma grande angústia existencial, o homem pós-moderno o reforça, mas sem se importar o mínimo. As contradições emocionais, próprias do existencialismo e do teatro do absurdo de algumas décadas atrás, foram substituídas por uma ausência de comprometimento emocional. Essa apatia se reflete no ambiente político: a abstenção, a decadência dos partidos, os líderes que se vêem obrigados a assumir o papel de animadores para terem alguma repercussão, os anúncios

governamentais de relevância que são imediatamente substituídos nos noticiários pela seção desportiva, e assim sucessivamente.

Cabe ressaltar que a indiferença pós-moderna não é produto da falta de informação, mas sim do excesso dela. Os numerosos meios de comunicação, impressos e televisivos, não constituem, para o cidadão pós-moderno, uma fonte de informação, mas um mero estímulo. Mais importante que um determinado programa, é poder trocar de canal várias vezes em um minuto, ou seja, ter “opções”.

Paradoxalmente, muitas vezes ocorre que a apatia é maior entre os “mais informados” do que entre os ignorantes. Já não são a miséria e alienação que determinam a apatia, mas sim a pura indiferença por si só.

A educação, antes autoritária, tornou-se enormemente permissiva, atenta mais aos desejos das crianças e adolescentes do que aos ditames rigorosos de uma formação integral. O prestígio e a autoridade do corpo docente se debilitaram a ponto de quase desaparecerem, sobretudo nas escolas públicas.

O discurso do professor foi dessacralizado e banalizado. Por não haver verdades, os ensinamentos do professor são apenas considerados como “pontos de vista”. De maneira que é preciso inovar a qualquer preço para captar a atenção dos jovens: sempre mais liberdades, participação, e outras “técnicas” de motivação. O aprendizado já não é uma motivação por si mesmo.

Por outro lado, existe um grande interesse - obsessão, às vezes - pelo corpo, o sexo, a diversão, as férias, o tempo livre. O exercício físico deixou de ser uma prática para conservar-se sadio ou para incentivar a disciplina, para ser uma forma de manter-se “belo”, porque o pós-modernismo atribui à beleza exterior um valor superlativo.

O sexo já não é um meio para procriar filhos e para expressar amor pela parceira que se ama e com quem se está comprometido “até que a morte os separe”, mas sim para satisfazer a si mesmo, buscando a máxima diversificação e variedade, ainda que no fundo reste um imenso vazio. O trabalho já não é uma ferramenta para a realização e o aperfeiçoamento pessoais ou para servir aos demais, mas sim para obter os meios necessários para a diversão e as férias, porque viver sem ideais e sem objetivos transcendentais é possível e até desejável.

O individualismo, o repúdio à autoridade, a democratização, a libertinagem e a indiferença pós-modernos se traduzem, na política, em uma anarquia que impede que os cidadãos se organizem frente às ameaças mais evidentes e imediatas. O homem pós-moderno tem a si mesmo como prioridade,

não à Pátria. Não encontra motivos para sacrificar-se ou para lutar por nobres ideais.

Livrarmo-nos do pós-modernismo

Sem o saber, e sem nos darmos conta, todos somos vítimas, de uma maneira ou de outra, do pós-modernismo porque trata-se de uma corrente que se apoderou de quase todas as esferas da expressão humana.

Ele afeta os mais cultos e poderosos porque eles têm mais acesso aos diversos meios escritos e audiovisuais e porque o ócio está mais facilmente ao seu dispor, mas, a seu modo, afeta também os mais pobres e ignorantes.

Afortunadamente, nossa matriz cultural católica, baseada na caridade e no auxílio ao próximo - bem ao contrário do egoísmo pós-moderno - está profundamente enraizada nos hispano-americanos e subjaz em cada átomo do nosso ser.

Para nos livrarmos do egoísmo e da indiferença pós-moderna, basta então reforçar uma atitude ou um sentimento de entrega verdadeira, que surge espontaneamente, por exemplo, quando um ente querido tem problemas ou quando a Pátria está em perigo. Qualquer prazer efêmero é incomparável ao gozo sublime que se experimenta ao viver com ideais nobres e belos, ainda que eles possam nos custar a vida.

24. O ato heróico do Alcazar de Toledo

A fim de mostrar aos nossos leitores a atitude que deve predominar para vencer as ameaças como as que atualmente se abatem sobre nossa pátria, apresentaremos um dos episódios mais significativos e comoventes da Guerra Civil Espanhola: a defesa do Alcazar de Toledo.

Vale a pena conhecê-lo a fundo, em primeiro lugar porque evidencia a determinação psicológica e o compromisso moral de resistir ao inimigo, mesmo sob terríveis condições de inferioridade, colocando os altos interesses nacionais acima do interesse pessoal ou familiar, atitude totalmente contrária ao pós-modernismo dominante hoje em dia. E em segundo, porque tratou-se de uma batalha contra as forças do comunismo, tal como o que agora assedia a Venezuela.

O relato histórico foi tomado, quase integralmente, do livro *Historia Essencial de la Guerra Civil Española*, de Ricardo de la Cierva, Editora Fénix, Madrid.

Na histórica cidade de Toledo, capital do reino de Espanha na Alta Idade Média, Carlos V construiu, com a participação do célebre arquiteto Alonso de Covarrubias, um imponente castelo que se ergue sobre a cidade. Durante a Guerra Civil (1936-1939), o Alcazar, como era normalmente conhecido, servia de sede para a Academia Militar e, portanto, sua apropriação por parte de qualquer dos dois bandos litigantes constituiria um símbolo de superioridade.

A guarnição de Toledo era muito pequena e dividida entre os vários estabelecimentos militares da cidade, cujo comandante era o coronel mais antigo, diretor da Escola Central de Ginástica, José Moscardó Ituarte. O conjunto dos efetivos militares de Toledo não passava de 350 homens e, para uma eventual defesa da praça, a força principal com que poderiam contar era a Guarda Civil (semelhante à nossa Guarda Nacional) da província, com cerca de setecentos homens, mais uma centena de jovens militantes de grupos políticos de direita. O total estimado das forças defensivas chegava a uns 1.300 homens, que poderiam ser facilmente abatidos pela Frente Popular (aliança de forças esquerdista que incluía os comunistas) de Toledo, o que era potencializado pela proximidade de Madri, controlada pela esquerda, com todo o seu peso militar e miliciano.

Com essa desproporção de forças, era impossível proteger a frente norte da cidade, a mais vulnerável, e nem dar segurança ao interior da cidade. A única alternativa era reunir as forças na cidadela - o Alcazar - apoiando-se em vários esconderijos que se comunicavam com o recinto principal. O perímetro defensivo do Alcazar totalizava uns 30 hectares. A estrutura medieval interna do imenso edifício

oferecia uma enorme capacidade de resistência. No interior havia paredes de sustentação de até cinco metros de espessura.

O primeiro combate da guerra civil em Toledo ocorreu à meia noite de 17 de julho de 1936, quando um grupo da Frente Popular atacou um destacamento da Guarda Civil, um dia antes do ataque do Exército de África⁴¹ em Melilla (cidade espanhola no norte da África), ordenado pelo general Franco.

O coronel Moscardó deveria definir, perante o governo da Frente Popular, qual era a sua posição, e inclusive enviar à capital as munições existentes na fábrica de armas da cidade, mas não se dobrou. A fim de tornar as coisas claras, Madri enviou uma coluna militar. Mas em 21 de julho, às 7 da manhã, Moscardó declarou estado de guerra na cidade, engajando-se na rebelião. A sorte estava lançada.

Criatividade para resolver os assuntos logísticos

A principal vantagem de Moscardó, além das características defensivas de Alcazar - e ao mesmo tempo seu principal problema logístico -, era a existência de mais de meio milhão de cartuchos na fábrica de armas, que deveriam ser transportados para a cidadela. Ele o conseguiu, mesmo com a presença do inimigo - que exigia a rendição -, pela ação ágil e decidida da Guarda Civil. A capacidade de resistência de Alcazar estava assegurada, pelo menos quanto à munição.

Faltava resolver o problema da alimentação. Havia víveres para apenas cinco dias, mas providencialmente encontraram, em uma casa ao lado, 360 sacos com 32 toneladas de trigo que, juntamente com os 235 cavalos existentes (dos quais só ficariam seis ao final do cerco) e a água armazenada nas cisternas da fortaleza, construídas durante a Idade Média, serviriam para atender aos 1.200 combatentes e 600 familiares que resistiram em Alcazar durante os 68 dias que durou a ofensiva.

Uma acertadíssima organização da prefeitura de Alcazar permitiu aos sitiados alimentar-se com rações de sobrevivência até o final. A comida era uma espécie de sopa feita com trigo parcialmente moído com um motor de motocicleta (que ainda se conserva no atual museu de Alcazar) e carne de cavalo ou de jumento. Destinava-se a maior parte da ração para as crianças e doentes, enquanto que os adultos consumiam diariamente umas 1.500 calorias.

O armamento era suficiente com relação às armas ligeiras, mas muito escasso em artilharia. Apenas dois canhões de 70 mm e 3 morteiros de 50 mm com pouca munição, 200 granadas de mão e 13 metralhadoras.

Havia quatro médicos e um farmacêutico que tiveram de atender 600

feridos e dois partos! Sabendo da importância de manter elevado o moral e os ânimos dos combatentes e familiares, Moscardó ordenou a elaboração de um diário de atividades, ou boletim, que mantivesse a comunidade informada, no interior, sobre os progressos da resistência na fortaleza e, no exterior, sobre os acontecimentos da guerra, conhecidos através dos dados que podiam obter do mundo exterior, seja pelo rádio, seja pela recepção de sinais de comunicações.

O filho de Moscardó é capturado

Quando a resistência mal havia começado, em 23 de julho, o chefe das milícias de Toledo chamou o coronel Moscardó e informou-lhe que seu filho Luís havia sido capturado como refém, intimando-o a se render.

Eles entabularam a conversa a seguir, e que passou aos anais da história não apenas espanhola, mas universal:

- **Chefe das Milícias:** Vocês são os responsáveis pelos crimes e por tudo o que está se passando em Toledo, e eu lhe dou um prazo de dez minutos para que renda Alcazar. E, se não o fizer, fuzilarei seu filho Luís, que está aqui ao meu lado.

- **Moscardó:** Não acredito.

- **Chefe das Milícias:** Para que o senhor veja que é verdade, agora mesmo lhe dou uma prova.

- **Luís:** Papai!

- **Moscardó:** O que aconteceu, meu filho?

- **Luís:** Nada de especial. Dizem que se o senhor não se render, vão me fuzilar!

- **Moscardó:** Pois encomenda a tua alma a Deus e morre como um patriota, dando um grito de Viva Cristo-Rei! E Viva a Espanha!

- **Luís:** Um beijo grande, papai!

- **Moscardó ao Chefe das Milícias:** Pode reservar o prazo que me deu para fuzilar o meu filho, pois Alcazar não se renderá jamais!

Luís Moscardó tinha 24 anos quando ofereceu a sua vida para que seu pai mantivesse a resistência heróica. Foi fuzilado pela Frente Popular em 23 de agosto. Era o segundo filho que Moscardó havia perdido na guerra, porque o primeiro havia sido fuzilado um mês antes.

A ofensiva contra Alcazar

A aviação da Frente Popular empreendeu oito ataques em julho sobre o prédio de Alcazar, e mais seis em agosto e um em setembro. Todos eles foram ineficazes, apesar de em 8 de agosto terem sido empregados agentes químicos atirados das alturas, especificamente cloroacetofenona. A artilharia da Frente Popular incrementou seus efetivos em agosto com várias peças de artilharia de 115 mm que iniciaram uma demolição sistemática do edifício, mas os defensores improvisaram novas barricadas com os escombros que iam se formando.

Em meados de agosto, seguindo instruções de um Conselho de Ministros, começa a escavação de um orifício que tinha por objetivo colocar uma mina nas estruturas da fortaleza e fazê-la voar em pedaços.

Enquanto isso, o bombardeio de artilharia se intensificava. Segundo o historiador Rafael Casas de la Vega, “em 4 de setembro desmorona o torreão norte, após receber não menos que 138 impactos diretos de 155 mm. No dia 8, cai o torreão noroeste, após um ataque de 285 canhões do mesmo calibre. Entre essas duas datas, no dia 5, tombou a fachada sul do pátio”. A resistência dos materiais do Renascimento é assombrosa.

Mas a pior ameaça é a da mina. Dois buracos no local sitiado, feitos durante as noites de 5 e 6 de setembro, comprovam a eficácia das equipes de perfuração, que se mostravam capazes de atingir a estrutura do Alcazar em oito dias.

Guerra psicológica

Sob incessante bombardeio e a crescente ameaça da mina, a Frente Popular empreendeu duas ações de guerra psicológica para vencer o moral dos sitiados.

Em 8 de setembro de 1936, às dez da noite, o comandante de infantaria Vicente Rojo, amigo e companheiro de muitos dos militares sitiados, pede, com o megafone e a bandeira branca, para entrevistar-se com Moscardó. Rojo era um militar honesto e prestigiado. Era politicamente moderado e ideologicamente próximo dos rebeldes. Os da Frente Popular souberam escolher bem. Depois ele desempenharia o comando supremo militar da zona controlada pela Frente.

Ficou acertada uma trégua de uma hora para a manhã do dia seguinte. Ele foi recebido pelo comandante Blas Piñar Arnedo e pelo capitão Alamán, seus íntimos amigos. Foi o primeiro abraço entre combatentes adversários da guerra civil. Rojo foi conduzido com os olhos vendados ao posto de comando de Moscardó, onde lhe entregou as condições para a rendição de Alcazar.

Moscardó respondeu por escrito: “Inteirado das condições que o Comitê de Defesa do Toledo apresenta para a rendição de Alcazar, tenho a imensa satisfação de afirmar-lhe que desde o último soldado até o chefe que abaixo assina, rechaçam essas condições e continuarão na defesa do Alcazar e da dignidade da Espanha até o último momento”. Moscardó pediu a Rojo um sacerdote para celebrar uma missa e dar aos defensores a absolvição total.

Segundo relatou posteriormente o capitão Alamán, produziu-se o seguinte diálogo entre ele e Rojo: “Vicente, por que não ficas? É a tua grande oportunidade”. Comovido pela valente atitude dos sitiados, Rojo respondeu: “Impossível. Tenho compromisso com aquelas pessoas e não devo nem quero faltar à minha palavra. Além do mais, tenho a minha família em Madri. Sua segurança depende do que eu faça. Minha sorte está lançada. Mas resista sem desânimo. Vocês são os melhores e sairão vitoriosos. Adeus! Viva a Espanha!”.

Às oito da manhã do dia 11, chegou a Alcazar o cônego Vázquez Camarasa. Seguindo instruções da Frente Popular, Vázquez mentiu a Moscardó, dizendo-lhe que a situação em Madri era “normal” e que as igrejas estavam sendo respeitadas pelos comunistas. E depois perguntou pelo número de sitiados, sem obter, naturalmente, nenhuma resposta.

Em seguida, celebrou a missa e falou da outra vida. “A impressão que tivemos - disse uma testemunha ocular - era de que você viria para nos dar uma absolvição conjunta, a todos nós, porque no dia seguinte íamos todos morrer esmagados pela mina”. Casas de Vega opinou que “Querendo-o ou não, Vázquez Camarasa criou uma situação moral limite”.

Durante a breve procissão que se seguiu à missa, alguém entoou o cântico eucarístico *Cantemos ao amor dos amores*, e foi imitado com emoção pelos demais, o que elevou o moral e o entusiasmo, ao mesmo tempo em que demonstrou a disposição de todos para morrer, se necessário fosse, para defender a causa.

Apesar de tudo, Vázquez Camarasa continuou pressionando e disse não entender por que não deixavam que as mulheres e as crianças saíssem, sugerindo que o impedimento se dava contra a vontade delas. Uma das esposas dos combatentes respondeu: “Coagidas, nós? Não. Falei sobre esse assunto com todas as mulheres de Alcazar e todas pensam como eu. Ou saímos livres com nossos esposos e com nossos filhos, ou morreremos abraçadas a eles entre as ruínas. Mas sós, nunca!”. O cônego saiu emocionado do local.

A guerra psicológica havia fracassado e, como resultado da determinação

e valentia que os homens de Alcazar haviam demonstrado, a facção adversária sofreu os efeitos da derrota e da desmoralização. Como sempre ocorre nesses casos, os efeitos da ação psicológica se voltam contra os que a praticam, quando as potenciais vítimas manifestam seu compromisso inabalável com a causa que defendem.

O assalto final

Após uns momentos de expectativa, duas colunas de ataque, cada uma delas dividida em outras duas, se lançaram sobre as ruínas do Alcazar. Mas os defensores do Alcazar reapareceram, para assombro dos assaltantes que avançaram pelo sudoeste. Foram imediatamente abatidos pelas metralhadoras posicionadas nas aberturas postas a descoberto pelas minas.

Os dois grupos que avançaram pelo sul nem sequer puderam progredir porque foram atacados com armas de artilharia. Só o noroeste sucumbiu, quando 600 homens empreenderam uma subida ao Alcazar com toda determinação e conseguiram colocar ali sua bandeira vermelha. Mas os defensores regiram com firmeza, subiram rapidamente, arrancaram a bandeira e a jogaram no pátio, e então se travou uma luta de morte com granadas e fuzis. Embaixo, os defensores dificultavam a chegada dos reforços do inimigo e minutos mais tarde conseguiram dominar os invasores. Às 10:20 da manhã, a artilharia pesada da Frente Popular abriu fogo sobre a fortaleza. Era a maior prova de que o assalto a Alcazar havia fracassado. Os defensores perderam 72 homens, mas os atacantes sofreram 150 baixas.

Durante o dia 18 de setembro, dia da explosão, o Alcazar recebeu 272 canhões de 155 mm. Mais de 400 ataques no dia 19, e 472 no dia 20. A força de combate de Moscardó, composta por 2 companhias da Guarda Civil, desbaratou nesse dia outra tentativa de assalto. Em 21, a artilharia inimiga derrubou o último torreão do Alcazar, localizado no sudeste. De 18 a 21, as baixas se produziram a um ritmo insuportável: 204 no total.

Restavam alimentos para apenas 10 dias, mas o Exército de África já havia chegado a Maqueda, perto de Toledo.

O Alcazar repeliu facilmente um assalto mal conduzido no dia 22. E outros dois no dia 23. Nos dias 24, 25 e 26, a euforia tomou conta do Alcazar. Havia sinais inequívocos do avanço do Exército de África. No dia 27 de setembro, em um esforço desesperado para não fracassar, as tropas de assalto tentaram queimar vivos os defensores do Alcazar, atirando 6.000 litros de gasolina na área da porta principal. Mas os defensores, percebendo a manobra, lançaram uma granada de

mão e incendiaram o combustível antes que ele chegasse ao prédio. O fogo corria em direção ao depósito e ameaçava estender-se a toda a cidade, o que obrigou os atacantes a cortar a mangueira de abastecimento de gasolina. Esse assalto havia sido conduzido por forças comunistas incentivadas pessoalmente pelo enviado de Stálin à Espanha, Mikhail Koltsov.

Às 7 da noite, entraram no Alcazar de Toledo as tropas do Exército espanhol, sob o comando do general Varela. A libertação de Alcazar se havia consumado.

Epílogo

O Alcazar de Toledo é hoje um museu, mas também um cemitério, reservado apenas para aqueles que combateram na heróica defesa da fortaleza. Na entrada da cripta está enterrado Moscardó com toda a sua família, incluindo seus dois filhos, fuzilados pelos comunistas.

A evocação do diálogo havido entre o bravo coronel e seu filho Luís comove profundamente todos aqueles que visitam a tumba, mas, antecipando-se às lágrimas, uma inscrição entalhada na parede exclama: “Eles deram a sua vida para salvar a da Pátria. Não choreis a sua morte. Invejai-os!”

Alejandro Peña Esclusa, venezuelano, cinqüenta anos, engenheiro mecânico formado pela Universidade Simón Bolívar, e com estudos superiores no Instituto de Estudos Superiores de Administração (IESA) e no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (IAEDEN).

Aos trinta anos, depois de desempenhar com êxito a atividade empresarial, decide dedicar-se à política, mas sem militância nos partidos tradicionais. Defende as instituições nacionais, denuncia a corrupção e estimula a industrialização da Venezuela.

Em 1988, após estudar como os Estados Unidos e a Alemanha se transformaram em nações desenvolvidas, publica um projeto intitulado Como fazer da Venezuela uma potência industrial, atualizado e reeditado em 1998.

É especialista no tema da subversão na América Latina. Exerceu a função de assessor da Armada e do Conselho Nacional de Segurança e Defesa até 1998. Foi convidado para ministrar conferências na Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Espanha, Estados Unidos e Uruguai. Foi colunista do jornal Ultimas Noticias durante dez anos. Um de seus mais importantes trabalhos é Radiografia do Foro de São Paulo.

350 é um relato pessoal, crítico e cru sobre os desacertos na luta oposicionista para tirar Hugo Chávez do poder. O livro atrai o leitor desde a primeira página, toca a consciência, convida à reflexão e propõe um caminho corajoso, que comove pela objetividade e pela singeleza.

Notas da Tradutora:

1) O 11 de abril de 2002 foi uma marcha de mais de um milhão de pessoas até o Palácio do Governo (Palácio Miraflores), onde despacha o Presidente, para pedir sua renúncia. A marcha foi esperada por um grupo de assassinos que a dispersou usando pistolas e fuzis, matando alguns dos manifestantes a sangue frio. Foi um massacre porque aqueles que participavam da marcha estavam desarmados. Chávez se viu obrigado a renunciar, mas devido a erros cometidos pelo novo governo de transição, acabou regressando ao poder e afirmou, falsamente, que tudo não havia passado de um “golpe”. Internacionalmente consolidou-se uma falsa matriz de opinião, segundo a qual havia mesmo ocorrido um golpe.

2) Tulio Álvarez é um advogado que demonstrou, em um interessante informe, que o Governo havia cometido fraude no Referendo Revocatório de 15 de agosto de 2004. Chávez perdeu e deixou de ser Presidente, mas a fraude o manteve no poder, transformando-se em um usurpador.

3) O Estado Vargas fica ao Norte de Caracas, no litoral, e ali ocorreu uma grande tragédia quando fortes e contínuas chuvas produziram um deslizamento de terra e barro, sepultando milhares de cidadãos. Chávez deveria ter ordenado a evacuação do Estado, mas não o fez porque havia uma consulta para aprovar a nova Constituição e ele estava muito interessado em sua aprovação e não nas vidas daqueles habitantes. Posteriormente, o Governo não fez praticamente nada para reconstruir o Estado.

4) Em uma declaração pública, Chávez afirmou que as críticas que lhe fez Condoleezza Rice (a respeito de sua índole totalitária) deviam-se ao fato de que a Secretária de Estado norte-americana estava apaixonada por ele.

5) Em 4 de fevereiro de 1992, Chávez tentou um golpe de Estado, juntamente com outros militares, mas fracassou. Esse foi o dia em que Chávez se tornou conhecido. Depois foi preso e em seguida iniciou uma vida política que, com o apoio do Foro de São Paulo, o levou à Presidência.

6) O Decreto 1.011 avalizava a intervenção do Governo na educação, mas na verdade eliminava a liberdade de educação e permitia a doutrinação ideológica (comunista). Não foi aprovado devido à mobilização popular, embora atualmente o Governo pretenda editá-lo novamente, disfarçado sob outros fundamentos.

7) Miraflores é o Palácio do Governo, onde despacha o Presidente.

8) Disip - Direção dos Serviços de Inteligência e Prevenção – é o órgão que cumpre as funções de polícia política, faz trabalhos de espionagem, grampos e escutas telefônicas de líderes opositores, etc.

9) Fedecámaras é a “Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela”, a maior organização de empresários que existe no país.

10) CTV é a “Confederação de Trabalhadores da Venezuela”, organização que reúne a maioria dos sindicatos laborais do país.

11) Na Venezuela, o nascimento da democracia se identifica com a queda do ditador militar Marcos Pérez Jiménez, em 23 de janeiro de 1958, data em que começaram a governar os partidos eleitos pelo voto popular durante quarenta anos (até 1998, quando Chávez chega ao poder). Antes disso houve uma sucessão de ditaduras, com escassos períodos de escolhas pela via eleitoral.

12) César Gaviria, ex- Secretário Geral da OEA, funcionou como mediador da crise venezuelana, junto com Jimmy Carter. Ambos avalizaram a fraude do Revocatório de 15 de agosto de 2004.

13) CNE - Conselho Nacional Eleitoral, máxima autoridade pública em assuntos eleitorais.

14) TSJ - Tribunal Supremo de Justiça, máxima autoridade judicial do país. Equivale ao Supremo Tribunal Federal brasileiro.

15) v. nota 1 - massacre de 11 de abril de 2002.

16 e 17) Para convocar o Referendo Revocatório contra Chávez, recolheram-se milhões de assinaturas ("Firmazo"), que foram desprezadas pelo Governo, ao fundamento de que "não houve cumprimento das normas". Então recolheram-se novamente milhões de assinaturas ("Reafirmazo"), de acordo com uma série de exigências exageradas baixadas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Ainda assim, muitas das assinaturas foram rechaçadas ilegalmente e o CNE forçou parte da população a assinar outra vez ou reconfirmar suas assinaturas ("Reparazo").

18) O anúncio do CNE sobre a recusa de parte das assinaturas recolhidas no "Reafirmazo", obrigando muitos a assinarem novamente ("Reparazo"), incomodou sobremaneira os venezuelanos, que decidiram sair às ruas para protestar em final de fevereiro de 2004, fechando ruas e avenidas e queimando pneus. A esses focos de protestos deu-se no nome de "guarimbas".

19) O Referendo Revocatório presidencial está contemplado na Constituição venezuelana para a retirada de um Presidente do cargo, o que foi conseguido, com relação a Chávez, em 15 de agosto de 2004. Chávez perdeu fragorosamente, mas depois cometeu fraude eleitoral para se manter no poder.

20) CNE - v. nota 13

21) RR - é o Referendo Revocatório de 15 de agosto de 2004.

22) Em 31 de outubro de 2004 realizaram-se eleições regionais para a escolha de governadores, prefeitos e vereadores. Novamente, o Governo trapaceou, utilizando urnas eletrônicas e aproveitando o controle que exerce sobre o CNE.

23) Alusão a Ezequiel Zamora, um caudilho militar do século passado. Os decretos zamoranos deram ao governo o controle sobre as terras particulares. Em outras palavras, trata-se de um mecanismo para ir eliminando a propriedade privada.

24) As "Misiones" são projetos populistas que funcionam à margem das instituições tradicionais, cujo objetivo é dar dinheiro ou serviços (saúde, educação, etc.) ao povo, sempre e quando manifeste sua adesão ao Regime.

25) “Guarimbas” - Ver nota 18.

26) “Lei da Mordça” é o nome que se dá à Lei de Responsabilidade Social do Rádio e da Televisão, que estabelece o controle sobre a informação que possa circular pelos meios de comunicação. A Lei de Responsabilidade Social do Rádio e da Televisão entrou em vigor no dia 7 de dezembro de 2004, quando foi publicada no Diário Oficial da Venezuela, e, por vulnerar a liberdade de expressão, apresenta sérias incompatibilidades com muitos acordos internacionais estabelecidos pela República, como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos e a Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos.

Igual legislação foi tentada, no Brasil, pelo governo Lula, através do projeto de lei que criava o CNJ (Conselho Nacional de Jornalismo), mas que felizmente foi repelido pelo Congresso Nacional. Logo em seguida começou uma campanha sobre a “responsabilidade social do rádio, da televisão e da internet”, com o mesmo objetivo, e que só não foi à frente em virtude dos escândalos políticos que há meses tomaram conta dos noticiários.

27) Rodrigo Granda, mais conhecido como Chanceler das FARC, é um importante dirigente guerrilheiro colombiano, capturado em Caracas por militares venezuelanos e levado para a Colômbia sem conhecimento do Governo de Chávez. Esses militares, ao invés de serem laureados por entregar um criminoso, estão atualmente na cadeia.

28) CNE - v. nota 13.

29) TSJ - v. nota 14.

30) A Rede Voltaire é uma rede-página da internet, de desinformação esquerdista e comunista. Pode ser acessada através de qualquer buscador, como o Google.

31) Gustavo Cisneros - magnata venezuelano. Um dos homens mais ricos da América Latina. Proprietário, entre otros meios de comunicação, da DirectTV. Mantém relações com a família Rockefeller.

32) No século XIX, a Venezuela sofreu uma cruenta guerra civil, denominada Guerra Federal. Mais detalhes podem ser encontrados no site www.fuerzasolidaria.org, clicando-se na seção de publicações, onde se pode ler o artigo “Llamado urgente a la clase media ¿Cómo evitar una nueva Guerra Federal?” (“Chamado urgente à classe média: Como evitar uma nova Guerra Federal?”).

33) Fiscalía General de la República - é um dos órgãos do Poder Público denominado Poder Cidadão. Corresponde à Procuradoria Geral da República brasileira. Na Venezuela existem cinco poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão.

34) Referente ao Estado Táchira. Estado montanhoso, situado no Oeste da Venezuela, na fronteira com a Colômbia.

35) Richard Boulton - Empresário venezuelano apelidado de “o herdeiro”, foi seqüestrado pela guerrilha colombiana.

36) José Vicente Rangel é o Vice-Presidente da Venezuela.

37) Megafraude de 28 - fraude eleitoral cometida pelo governo nas

eleições presidenciais de 2000.

38) O massacre de 11 de abril de 2002 (ver nota 1), foi cometido principalmente por pistoleiros posicionados perto do Palácio de Miraflores, em um lugar denominado Ponte Llaguno.

39) Assassino de Miraflores - o próprio Chávez, já que ele é o responsável pelos massacres, entre os quais o de 11 de abril.

40) 11A - massacre de 11 de abril de 2002.

41) Exército de África - Setor do Exército espanhol que atuava nas colônias espanholas da África.

Referências Bibliográficas

- Álvarez, T. (2004) *Fraude a la Democracia. Caso Venezuela*. [V. no site <http://www.globovision.com/documentos/documentos.decretos/2004.09/08/tulio2/index.php>]
- "A nuestras Fuerzas Armadas Nacionales" (17 de junho de 2001). [Documento disponível em : www.fuerzasolidaria.org].
- "A nuestras Fuerzas Armadas Nacionales" (17 de junho de 2001). El Nacional.
- Bustamante, M. (5 de janeiro de 2000). "Desorden constitucional de origen orgánico". [Ver no site: <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/mjbustamante/diagnosis.asp>]
- "Carta abierta a Fidel Castro: ¡Ordénele a Chávez que renuncie!" (6 de outubro de 2002). El Nacional. D-3.
- Catecismo de la Iglesia Católica. (1992), Número 2265. Madri. Espanha.
- "Chávez destaca neutralidad en conflicto colombiano". (10 de fevereiro de 1999). El Universal.com. [Disponível no site http://buscador.eluniversal.com/1999/02/10/pol_art_10118CC.shtml]
- "Chávez ofrece asilo a guerrilleros colombianos". (23 de fevereiro de 1999). El Nacional.
- Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999). Gaceta Oficial nº 5.453. Extraordinario. 24 de março de 2000.
- Constitución Pastoral del Concilio Vaticano II, *Gaudium et spes*. Disponível em [\[http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_sp.html\]](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_sp.html)
- Declaración Universal de los Derechos Humanos. (10 de dezembro de 1948). Organización de las Naciones Unidas. [Documento disponível no site <http://www.un.org/spanish/aboutun/hrights.htm>]
- "¿De dónde viene Alejandro Peña Esclusa?". [Documento disponível no site <http://www.aporrea.org/dameletra.php?docid=10380>]
- De la Cierva, R. (1996). *Historia Esencial de la Guerra Civil Española*. Editorial Fénix, Madrid.
- Delgado, Y. (26 de julho de 1998). "Peña Esclusa: Quiero evitar una guerra civil". El Nacional, p. D,5.
- "Denuncia Peña Esclusa: Causa R y Chávez preparan insurgencia narcoterrorista". (28 de novembro de 1995). Últimas Noticias. P 14.
- "Foro de Sao Paulo incorporó a movimiento bolivariano". (30 de maio de 1995). El Nacional. Nota da Associated Press.
- Hahn, R. Albers, L. Reist, C. (1999). *Psiquiatría*. California. EUA. Ediciones Current Clinical Strategies.
- "Hugo Chávez se incorporó a una organización denominada el Foro de

- Sao Paulo". (30 de maio de 1994). *El Nuevo País*.
- "La gesta heroica del Alcázar de Toledo". (1999). *Revista Fuerza Productiva*. Volumen II, (Número 2). 22-29.
 - LaRouche, L. (Comps.). (1984). *Narcotráfico*, S.A. New Benjamín Franklin House Publishing Company, Inc. EUA.
 - Lasseter, J. (Productor-Director). (1988). *Vida de Inseto*. [filme]. Disney Enterprises Inc & Pixar Animation Studios. Estados Unidos.
 - Lipovetski, G. (1990). *A Era do Vazio*. Editorial Anagrama, Barcelona, Espanha.
 - Navarro E. (5 de agosto de 2004) "Tradición, Familia Propiedad quiso asesinar al Papa". Disponible en línea: (<http://www.redvoltaire.net/article1711.html>).
 - Orwell G. (1970). *1984*. Barcelona. Espanha. Editorial Salvat.
 - Orwell G. (1970). *Revolução dos Bichos*. Barcelona. Espanha. Editora Salvat.
 - Peña, A. (1994). ¿Le habrán lavado el cerebro al comandante Hugo Chávez?. *Resumen Ejecutivo*, volumen XI, (número 17), pp 40-41.
 - Peña, A. (25 de julho de 1998). *Mi objetivo es evitar la guerra civil*. Discurso completo apresentado por ocasião da inscrição da candidatura do autor à Presidência da República perante o Conselho Supremo Eleitoral. [Arquivo pessoal do autor].
 - Peña, A. (1º de novembro de 1998). *El Plan del Foro de Sao Paulo para conquistar Venezuela*. Folheto Informativo encartado nos jornais *El Nuevo País*, *Reporte*, *El Impulso* e *El Carabobeño*.
 - Peña, A. (1999). "Como hacer un programa económico exitoso". *Revista Fuerza Productiva*, Volume 1. (Número 1), p. 13-6.
 - Peña, A. (1999). Como hacer un programa económico exitoso. [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]
 - Peña, A. (2000). *Solicitud de juicio por traición a la Patria*. [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org].
 - Peña, A. (2000). *El Plan Marshall de 1947*. *Revista Fuerza Productiva*. Volume II. (Número 1). 16-21.
 - Peña, A. (2000). *El Plan Vargas de Reconstrucción y desarrollo nacional*. *Revista Fuerza Productiva*. Volume II. (Número 1). 7-15.
 - Peña, A. (1º de maio de 2000). *¿Qué hacer con un Presidente enfermo?*. [Folheto informativo]. Caracas.
 - Peña, A. (3 de julho de 2000). *Hugo Chávez candidato de la guerrilla colombiana*. [Folheto informativo]. Caracas.
 - Peña, A. (agosto de 2000). "Radiografía del Foro de Sao Paulo". *Revista Fuerza Productiva*, Volume II, (número 1), p. 25-20.
 - Peña, A. (agosto de 2000). "Radiografía del Foro de Sao Paulo".

[Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org.

- Peña, A. (9 de janeiro de 2001). *No dejes que Fidel Castro le lave el cerebro a tus hijos*. [http://colombia.analitica.com/hispanica/4797940.asp?frameactive=0]

- Peña, A. (25 de janeiro de 2001) *No dejes que Fidel Castro le lave el cerebro a tus hijos*. [Folheto Informativo]. Caracas.

- Peña, A. (16 de abril de 2001). "Avanza la cubanización a paso de vencedores". [Folheto informativo]. Caracas.

- Peña, A (10 de junho de 2002). *¿Jimmy Carter ¿Mediador neutral?*. [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Peña, A. (15 de outubro de 2002) "Carta abierta al pueblo de Brasil". [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Peña, A. (6 de fevereiro de 2004) "Carta abierta al pueblo de Chile". [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Peña, A. (17 de janeiro de 2005) "Carta abierta al Presidente Uribe". [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Peña, A. (25 de janeiro de 2005) "Carta abierta al pueblo de Colombia". [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Peña, A. (7 de março de 2005) "Carta abierta al Congreso de Bolivia". [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Peña, A. (10 de março de 2005) "Carta abierta al canciller chileno". [Documento disponível no site www.fuerzasolidaria.org]

- Pérez, L (28 de julho de 1998). "Alejandro Peña Esclusa: Mi principal Objetivo es evitar la guerra civil". Jornal *Ultimas Noticias*, p. 11.

- Ramírez I. (1999). "El Posmodernismo y la parálisis de la sociedad". Revista *Fuerza Productiva*. Volume II, (Número 2), 15-21.

- Shakespeare, W. (1974) *Enrique V*. Editora Aguilar. Madri. Espanha.

- Silva, F. (16 de setembro de 1998). "En Venezuela se incita a la violencia explotando el descontento popular". Jornal *El Bolivarense*, p. A-7

- Valery, Y. (26 de julho de 1998). "Alejandro Peña Esclusa busca evitar la guerra civil". Jornal *El Universal*, p. 1-15.